

EM TEMPO!

Periodico Nacional Ano VIII Março de 1986 Cz\$ 4,00 N° 207

FILIPINAS E HAITI

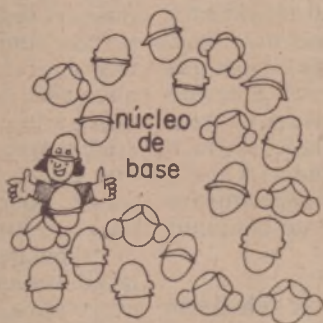
A queda de duas ditaduras



Págs. 12 e 13

PT

Desafio de crescer com raízes



Pág. 10

AMÉRICA LATINA

Novas greves contra o FMI

Na Argentina, no Panamá, no Uruguai e na Bolívia os trabalhadores realizam greves gerais contra o pagamento da dívida.

Pág. 14

8 DE MARÇO

diferentes
mas não
desiguais.

Nas vilas e nos centros operários

Pág. 15

Rádios livres se expandem



Pág. 16

Retomar a ofensiva

O movimento começa a se organizar para o combate na nova situação

Págs. 2 a 9





As contradições explosivas do congelamento.

A idéia do congelamento era descartada como insustentável, desestabilizadora e demagógica pelos economistas que deram origem ao "pacote".

Carlos Henrique Àrabe

A **Revista de Economia Política** n.º 18, de abril / junho de 1985, publica dois artigos dos economistas Francisco Lopes e André Lara Resende sobre as propostas de desindexação. Como se sabe, estes economistas da PUC do Rio de Janeiro estiveram no centro da elaboração de medidas antiinflacionárias, que viria a desaguar no "Plano de Estabilização Econômica" recém decretado pelo governo.

Há um processo de evolução dessas formulações teóricas, que passam da idéia de apenas criar uma moeda indexada à proposta de uma reforma monetária com desindexação total. O que é interessante notar é que nestas duas formulações não é defendida explicitamente a idéia de congelamento geral dos preços.

Mesmo na defesa da reforma monetária com desindexação total, exposta por Francisco Lopes, a proposta é de congelar os preços administrados pelo governo, que anunciaria a sua intenção de não alterá-los por um período de quinze meses. Quanto aos demais preços, eles seriam congelados para "evitar aumentos especulativos. Em princípio, o objetivo do controle é manter fixos os preços em cruzeiro ouro (que veio a ser batizado de cruzado) na fase de transição, e examinar caso a caso os pedidos de aumento de preços em cruzeiros — ouro na fase pós-reforma."

Já André Lara Resende afirma de modo categórico: "a desindexação com controle, ou congelamento de pre-

ços, esbarra em dificuldades intransponíveis. Como congelar preços numa economia onde a cada momento alguns preços estão à véspera de ser reajustados, portanto muito baixos, e outros acabaram de ser reajustados, portanto muito altos? (...) O possível apelo intelectual da proposta de desindexação com o congelamento não a exclui da categoria do choque ortodoxo: trata-se de proposta altamente desestabilizadora e politicamente inviável, apesar da sedução popular ou demagógica que o controle de preços possa eventualmente exercer".

Congelamento: as razões políticas

Mais ainda, no livro "Inflação zero" recém-publicado pela Editora Paz e Terra, um ensaio de autoria de Pêrsio Arida e Lara Resende condena nos seguintes termos a proposta de congelamento geral de preços: "Se o congelamento anunciado fosse muito breve, fracassaria no objetivo de suprimir o impulso inflacionário herdado do passado; se muito longo, a inconsistência de preços relativos bem como quaisquer choques sobre oferta ou demanda teriam de ser absorvidos pelo racionamento. A suspensão do congelamento seria seguida, provavelmente, por fortes pressões para se restabelecerem as relatividades prévias que fariam reacender a inflação".

Qual é a razão desta alteração tão importante?

A introdução do congelamento geral de preços no "Plano de Estabilização Econômico" responde à necessidade de adaptá-lo à correlação de forças vigente hoje na sociedade, particularmente, à existência de um movimento operário em pleno ascenso das lutas. Não há a menor sombra de dúvida que todo o impacto do "Plano" é devido ao congelamento de preços. A imprensa tem inclusive manipulado muito a opinião pública, apresentando o apoio a uma medida como o congelamento de preços, como o apoio ao conjunto das medidas.

A dinâmica dos preços relativos

O congelamento de preços determina uma série de contradições para o governo.

Em primeiro lugar, porque no momento do congelamento, os preços relativos dos vários produtos seguramente não estavam todos sincronizados: alguns estavam acima das suas médias, outros abaixo (em uma economia inflacionada, os preços relativos variam permanentemente) desta média. Assim várias distorções do sistema produtivo seriam esperadas. Vários ajustes são necessários. E é exatamente isso que temos visto nas primeiras semanas após a decretação do "pacote": são as brigas que estão existindo para manter as margens de lucro entre fornecedores e

compradores, atacadistas e varejistas etc.

Problemas do descongelamento

Segundo, o governo popularizou uma importante reivindicação, o que pode, por isso, vir a prejudicar uma possível margem de manobra com os preços: com todas as expectativas criadas, é difícil que possa manobrar com alterações de preços para fazer acertos necessários, pois pode comprometer a credibilidade do "pacotão" onde todos estão de olhos fixados. Mais à frente, pode ser problemática a retirada do controle sobre os preços: seria tão rapidamente esquecido pela população o congelamento? Depois de tanta expectativa, o fim do congelamento traria muitos atritos e contradições.

Terceiro, é possível que, para manter a sua margem de lucro com os preços congelados, os patrões tenham de optar pelo rebaixamento de custos, onde o desemprego, a rotatividade são armas importantes. O que é um grande problema, na medida em que coloca a necessidade de enfrentamentos com o movimento operário e popular, que poderiam detonar lutas importantes, quebrando o aparente clima de unanimidade existente no país ...

Como se vê, os problemas para a implantação do "pacote" não são pequenos, são perceptíveis na discussão de um tema decisivo para a manutenção do apoio popular que é o congelamento.

O movimento popular e o congelamento

A velha reivindicação do movimento operário e popular pode ser transformada no "calcanhar de Aquiles" do plano do governo.

O congelamento dos preços (em particular dos gêneros de primeira necessidade) sempre foi uma reivindicação do movimento popular.

O governo colocou o congelamento dos preços entre as medidas que tomou com o propósito principal de garantir apoio e impacto popular ao seu "Plano de Estabilização". O congelamento para o governo é uma medida temporária.

Como o movimento popular deve se posicionar neste momento de "euforia" com o congelamento?

Há a postura ingênua: acreditar que o governo levará até o fim o congelamento, se disposto a ser "fiscal do Sarney". O equívoco desta posição é evidente: daqui a alguns meses o governo retirará a proibição dos aumentos (a dúvida é quanto tempo durará o congelamento), e os fiscais não terão o que fiscalizar, pois Sarney terá autorizado os aumentos...

Há a postura esquerdista: o governo

decretou o congelamento, logo não podemos defendê-lo. Esta postura determina uma ausência de políticas para atuar agora. E se esquece que o movimento operário e popular há muito tempo reivindica o congelamento. Além disso, fecha os olhos para o que o próprio governo tem falado: o congelamento é temporário.

A política mais correta é a de controlar o congelamento de preços, estimulando a auto-organização da população para realizá-lo. A organização independente nos bairros deve ir desenvolvendo no conjunto dos trabalhadores, trabalhadoras, donas-de-casa, a idéia do controle popular sobre o congelamento. Com a reivindicação do congelamento generalizada, com a realização de uma experiência que apresente a viabilidade da sua efetivação, a manutenção do congelamento será uma exigência. Isto significará jogar contra o governo as expectativas que ele, involuntariamente, criou.

No comércio como na fábrica

É fundamental a articulação do nível do consumo com o nível da produção: as comissões de fábrica têm um papel muito importante a desempenhar.

Em primeiro lugar, há a questão da especulação e do mercado paralelo: o controle sobre os estoques, o combate às tentativas de especulação.

Em segundo lugar, há a questão da qualidade. Para diminuir o custo dos produtos a qualidade pode cair; um produto com componentes piores, ou com o peso abaixo do indicado etc. Denúncias sobre essas questões devem ser passadas aos comitês de bairro etc.

Em terceiro lugar há a questão do custo real dos produtos. Não temos nenhum motivo para confiar nas tabelas do governo: os produtos podem estar com o preço congelado mas bem acima do seu custo, garantindo enormes margens de lucro para os empresários.

Comissões de fábrica querem controle

A Comissão de Fábrica da Ford-Ipiranga anunciou que sua contribuição para o controle de preços começará quando "...a firma expuser seus livros, seus cálculos, enfim, tudo que ela hoje oculta para não revelar os seus lucros reais".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos vai na mesma linha: "...se não houver este controle, as empresas vão inventar artifícios, como novos 'designs' de produtos, para elevar seus preços".

A resposta da FIESP, dada por Roberto Della Mana: uma reivindicação "absurda". O empresário esclarece que "...as empresas já estão sujeitas à fiscalização do governo" (*Isto É*, n.º 432, 19/03/86).

Editorial

Retomar a ofensiva

Desmascarar o "pacote", lutar contra o congelamento das perdas e apresentar um projeto alternativo dos trabalhadores.

A reforma monetária decretada por Sarney tem um objetivo político central: garantir que o governo e a burguesia assegurem o controle da transição conservadora, contribuindo para a estabilização da nova forma de dominação. Além disto, procura garantir a continuidade das perdas que os assalariados vinham sofrendo com a inflação e que estavam sendo alvo de uma crescente contestação por parte do movimento sindical (no ano passado 6,5 milhões de trabalhadores foram à greve).

O "pacotão" procura reverter o quadro de desgaste do governo Sarney, de desagregação da Aliança Democrática. Mudando as regras do jogo no enfrentamento com o movimento operário inicialmente, pelo menos, retira a iniciativa dos trabalhadores que articulavam uma importante ofensiva com a Campanha Nacional de Lutas da CUT.

Pelas suas características políticas, pelos efeitos imediatos na luta de classes, o "pacotão" marca uma contra-ofensiva da burguesia na luta de classes.

O impacto inicial e as primeiras respostas

A aceitação popular do "pacotão", devido à inclusão do congelamento de preços entre as medidas tomadas e à gigantesca campanha publicitária, causou grande impacto entre os setores mais avançados do movimento operário. Pesou também o apoio decidido de economistas que, devido ao seu passado de críticas à política econômica da ditadura, dispõem de influência junto ao movimento sindical.

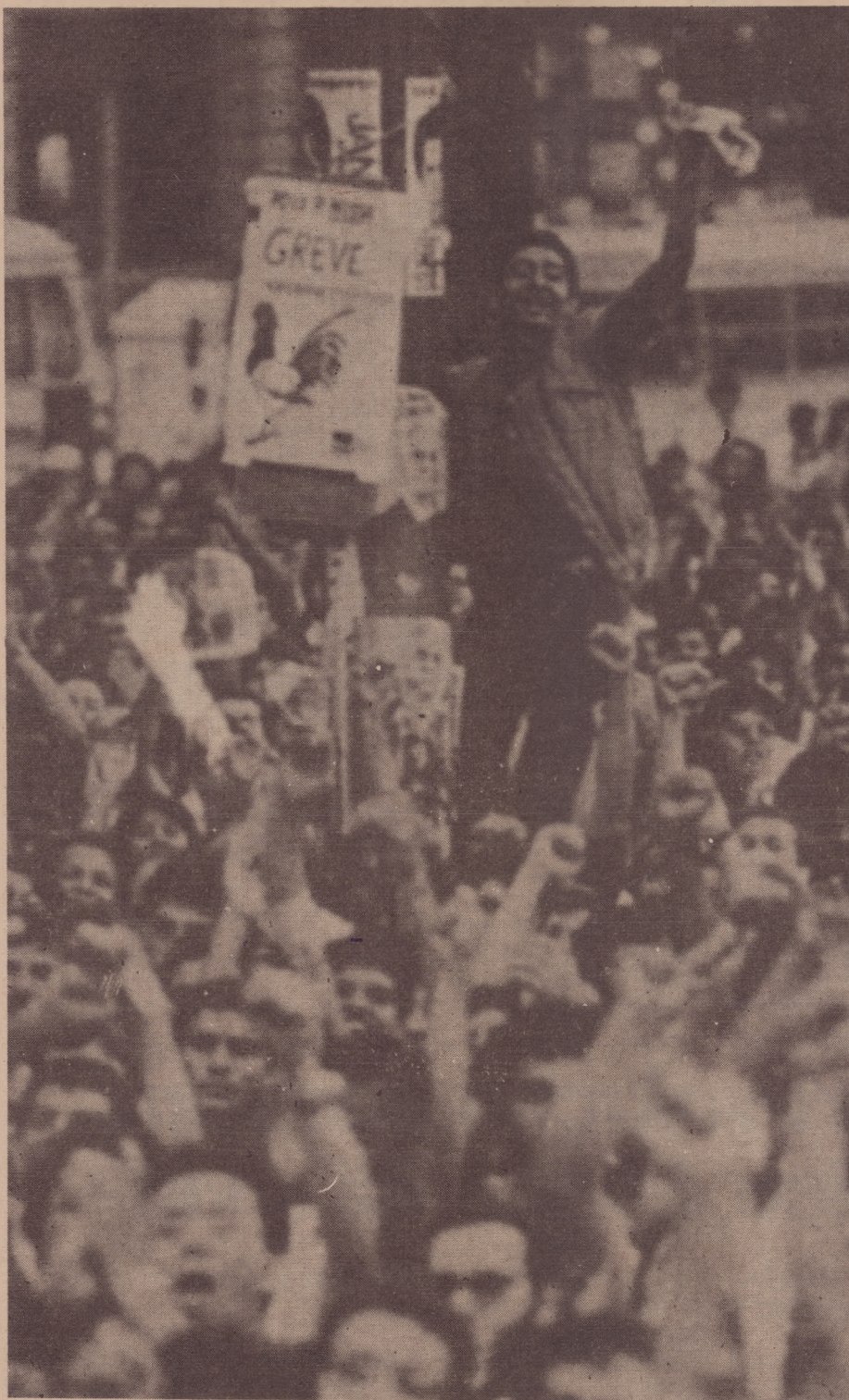
É deste impacto que decorre uma insegurança e ambigüidade que se notam nos posicionamentos iniciais do PT. A nota do Diretório Nacional do partido define uma postura de oposição ao "pacote" ao mesmo tempo que defende uma "revisão substancial" do decreto-lei.

Já no programa nacional de televisão que o PT protagonizou sobre o "pacote", o posicionamento recua em relação ao do Diretório Nacional. Neste programa, o PT não firmou sua posição contrária ao conjunto do "pacote", preferindo criticar aspectos (como os salários) e apontar pontos positivos (como o congelamento).

Refletindo as contradições que o impressionismo frente às primeiras reações populares impuseram à sua resposta, o programa do PT cai na armadilha de responder à pergunta se "é a favor ou contra" o sucesso do "pacote". A questão é bem outra: o PT tem de deixar claro à sociedade brasileira que o eventual sucesso do "pacote" teria o preço da continuidade de um arrocho inaceitável sobre os trabalhadores.

O posicionamento da bancada parlamentar do PT vai em um sentido correto, ao definir a apresentação de um projeto de lei que seja alternativo ao Decreto-Lei 2.284, explicitando assim a posição contrária à reforma monetária.

O posicionamento da CUT foi distinto e mais claro do que aquele do Diretório Nacional e do programa de TV do PT. Além de se posicionar sem am-



A experiência das lutas nacionais de 1985, como a dos bancários, é base para enfrentar o pacotão

bigüidade contra o "pacote", a direção nacional da CUT já levanta elementos para uma resposta mais global. Definiu ainda passos importantes para a Campanha Nacional de Lutas, a qual sofreu algumas redefinições.

A timidez, a ambigüidade e o caráter embrionário das respostas do movimento operário e popular preocupam em um momento em que a burguesia detona uma contra-ofensiva deste porte. De um lado, deixam o espaço aberto à retórica brizolista, o qual tem interesse em capitalizar eleitoralmente um eventual desgaste do "pacote"; de outro, debilitam a necessária resposta dos trabalhadores.

Romper com o imobilismo

As primeiras manifestações de como o "pacote" afetará os trabalhadores já começam a ocorrer: demissões come-

çam a ocorrer na indústria, estimuladas pela ânsia empresarial de garantir lucros com a redução de custos. As ameaças de demissões em massa nos bancos estão aí.

A posição clara sobre o "pacote" ajudará os trabalhadores a entender o que está ocorrendo.

O "plano" não é um projeto perfeito, sem falhas: seria desconhecer as limitações que a burguesia brasileira tem para imaginar isso e nortear a nossa ação por essa expectativa (leia na página 2). São sinais destas contradições as declarações opostas que já surgiram sobre uma questão chave como o congelamento: Funaro declara que durará três meses; Sarney desmente, afirmando que não há prazo para ele terminar.

O movimento operário tem de estar atento às contradições do "pacote", aos problemas que ele determinará pa-

ra os trabalhadores e os limites que encontrará. As lutas que virão devem se articular, ganhar uma dinâmica nacional, retomando a unificação que o movimento vinha construindo.

O desgaste do "pacote" e um projeto alternativo

Sem uma contraposição global ao "pacote" dificilmente haverá uma reversão das expectativas populares criadas pela campanha governamental. Essa contraposição demonstrará como o "pacote" não ataca sequer as causas reais e estruturais da inflação e não resolve os problemas fundamentais da população.

O governo e a burguesia atingiram de conjunto os trabalhadores. A resposta tem de ser do mesmo nível: unificada, nacional e articulada ao projeto político mais geral dos trabalhadores.

O "pacotão", as diretas e a Constituinte

O sentido da iniciativa burguesa é fundamentalmente político: em termos imediatos, evitar a derrota eleitoral na Constituinte, estabilizar a transição. O sucesso desta estratégia está umbilicalmente ligado ao sucesso do próprio "pacote". Por isso, é de se prever uma ação política do governo no sentido de bancar o sucesso do decreto-lei, sustentando-o a qualquer preço.

Na medida em que avançar o processo de esclarecimento do conjunto da população acerca do caráter do "pacote", que a luta contra os seus efeitos for crescendo e o seu desgaste se processando, o campo para uma luta mais ampla pelas diretas-já estará sendo criado. O espaço para a propaganda de uma alternativa operária e popular estará crescendo.

Todas as propostas dos trabalhadores podem já ir ganhando força entre a população, aumentando a pressão popular sobre a Constituinte. Propostas importantes que compõem um plano alternativo dos trabalhadores, como não pagamento da dívida externa, como a estatização do sistema financeiro devem ser desde já combinadas com a campanha do PT para o processo constituinte.

Não ceder ao impressionismo

A burguesia iniciou uma grande contra-ofensiva. Mas a luta está longe de ter se encerrado: os lances mais importantes, o que é decisivo está à nossa frente.

Curvar-se frente a um isolamento inicial, limitando a abrangência das denúncias e a firmeza da oposição ao "pacote" é contribuir para que as condições que sustentam este isolamento persistam.

O PT e a CUT já viveram uma experiência semelhante que deve ser lembrada agora: o isolamento experimentado em relação à recusa de participar do Colégio Eleitoral e o processo posterior de rompimento desse isolamento e crescimento da organização e da luta.

O balanço do teste do Colégio Eleitoral deve ser um importante alimento para resistir às atuais dificuldades e preparar os avanços na nova situação criada na luta de classes do país.

O plano Larida ou de como fazer o pacto sem pactuar

Na visão de André Lara Resende e Pêrsio Arida os conflitos distributivos já foram encerrados e a inflação é um fenômeno puramente monetário.

A idéia básica defendida por André Lara Resende e Pêrsio Arida de que o componente central da inflação no Brasil é inercial, isto é, deriva do processo de indexação dos preços e salários está fundamentada em outra noção ainda mais importante: a idéia de que a inflação passada resultou de conflitos distributivos que já foram encerrados. Daí que o ajuste dos preços relativos através de "médias" seria suficiente para eliminar o próprio dinamismo da auto-alimentação inflacionária.

A idéia de que a inflação no Brasil no último período era um fenômeno puramente monetário, que não resultava da tensão de "conflitos distributivistas" é mais que insustentável. É uma grosseira mistificação. Se a idéia do pacto social defendida pela Aliança Democrática — que expressava exatamente a idéia de um acordo duradouro entre os vários setores e classes sociais sobre os seus ganhos e perdas no próximo período — não encontrou viabilidade para se implantar, o economista conservador pretende resolver o problema em uma fórmula monetarista no aconchego da academia assentada à beira do poder. Não é a toa que o deputado Alberto Goldmann do PCB, que sempre defendeu a proposta do pacto social, elogiou o "pacote econômico" por representar "um pacto imposto de cima". "O governo fez o pacto sem pactuar", chegou a afirmar o deputado.



Pêrsio Arida: chamado de o "novo gênio" da economia

O disparo da inflação

Dar por resolvidos os conflitos distributivistas no momento de um início promissor de alteração da correlação de forças em favor do movimento operário e popular, após 21 anos de ditadura militar, expressa uma absurda pretensão de congelar a própria dinâmica da luta de classes.

Em um país como o Brasil, onde já existe uma concentração monopolística importante em vários ramos industriais, onde houve um processo avançado de fusões do capital financeiro, onde o estado tem uma participação decisiva na economia, a elevação dos preços reflete claramente a disputa pela participação no "bolo da economia". O disparo da inflação no período re-

cente, além de refletir o elemento inercial, refletia exatamente a tensão de um acirramento desta disputa: pretensão do capital financeiro internacional de manter os seus ganhos através do recebimento dos pagamentos dos juros da dívida; a vontade política forte do sistema financeiro de preservar os seus superlucros; a tentativa da burguesia de continuar jogando sobre o estado os custos da crise, com a política de manter os preços das tarifas públicas abaixo da inflação, contribuindo para gerar o estouro do déficit público.

Isso tudo em um momento em que 6,5 milhões de trabalhadores foram à greve não apenas para exigir a perda causada pelo processo inflacionário em curso, mas para repor a compensação do arrocho dos anos anteriores. Movimento legítimo que era respondido pelos empresários monopolistas com o recurso da elevação permanente dos preços, no sentido de preservar as suas elevadas taxas de lucro.

Ao contrário do que afirmam os economistas conservadores da PUC do Rio de Janeiro, a disputa pela distribuição dos frutos da economia tende a se acelerar no próximo período. E em um momento em que a economia brasileira não tem garantida a recuperação de seu dinamismo, essa disputa se refletirá necessariamente em uma nova retomada do processo inflacionário.

A contra revolução passou... e só Chico Lopes não viu

De como o principal idealizador da reforma monetária obscurece as verdadeiras razões do fim da hiper-inflação na Alemanha nos anos vinte.

O caráter do "Programa da Estabilização Econômica" é em muito determinado pela visão teórica de seus idealizadores, que hipervalorizam o caráter inercial da inflação brasileira. A consequência dessa posição teórica é a intenção do "Plano": atacar a componente inercial da inflação.

Já discutimos, no artigo do número extra do **Em Tempo** sobre o "pacotão", como causas importantes do processo inflacionário brasileiro não são frontalmente atacadas: a dívida externa, a dívida interna, as taxas de juros são consideradas pelo governo como "sob controle".

Por esse raciocínio, tudo depende do componente inercial, que é o alvo.

Essa limitação da compreensão do processo inflacionário, pondo de lado outros componentes que o causam, fica cristalina quando lemos um importante texto de um dos principais teóricos do "pacotão", Francisco Lopes, intitulado "Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas".

Neste texto, Francisco Lopes analisa o que ele considera como um caso clássico de hiperinflação, o caso da Alemanha em 1922 e 1923 (por sinal um caso insistentemente citado por vários órgãos da imprensa burguesa como um exemplo de sucesso no combate anti-inflacionário).

Para explicar o fim das hiperinflações, Francisco Lopes raciocina exclusivamente com o repúdio crescente dos "agentes econômicos" à moeda doméstica de curso legal (o caso), "passando a utilizar moedas estrangeiras como unidade de conta e até mesmo meio de pagamento... Isto significa que a taxa de inflação em termos de moeda doméstica vai se tornando uma medida progressivamente menos representativa da taxa de inflação relevante para a média dos agentes econômicos... Na fase final da hiperinflação, a moeda local praticamente desapareceu e todas as transações são denominadas e realizadas em moeda estrangeira". Francisco Lopes assinala então o "evento final da estabilização" em ter-

mos da moeda doméstica que é a fixação pelo governo da taxa de câmbio nominal (em 20 de novembro de 1923), logo após a introdução de uma nova moeda (em 15 de novembro).

Francisco Lopes não considera em sua análise acontecimentos decisivos que se deram na sociedade alemã: em outubro de 1923 ocorre a derrota da revolução alemã. A contra-revolução vitoriosa, alterando substancialmente a correlação de forças em desfavor do movimento operário, cria as condições fundamentais para a estabilização da dominação burguesa no país. Condições que pela presença marcante do movimento operário, inexistiam na Alemanha antes de outubro de 1923 (desde o final da I Guerra Mundial que o movimento revolucionário, com ascensos e descensos, é vigoroso no país).

Essa nova situação da luta de classes no país faz com que a política dos demais países imperialistas em relação à Alemanha mude. Há a partir dessa estabilização burguesa, dois acontecimentos importantes: primeiro, as divi-



das de guerra deixam de ser pagas; segundo, os capitais americanos passam a ser investidos na economia alemã.

O elemento decisivo para a "estabilização" na Alemanha está longe de ter sido apenas monetário: uma derrota histórica do proletariado alemão imposta pela burguesia é que foi esse elemento decisivo.

Essas rápidas questões apenas indicam a superficialidade da teoria que inspirou a drástica mudança implementada na política econômica do governo: o que aponta, também, para importante considerações sobre a possível ineficácia das medidas tomadas.

O que o "pacote" faz com os salários

Congela perdas com a inflação e anistia o arrocho da ditadura

O "Pacotão" pretende impor aos trabalhadores perdas salariais contra as quais eles vinham crescentemente lutando.

Uma vez mais os salários levam a culpa da inflação. Só que com a reforma monetária, a acusação é feita de uma forma diferente: a pregação contra os salários tem a finalidade de justificar a política salarial da reforma monetária, cujo ponto inicial é a conversão dos salários pela sua média real dos últimos seis meses.

Segundo Persio Arida "...é muito fácil lançar um programa com congelamento etc, com os salários reajustados pelo pico. Isso teria grande apoio da sociedade. Todos aplaudiriam e no segundo mês a inflação voltaria".

Batendo na mesma tecla, comenta sobre o salário mínimo (que segundo o Dieese deveria ser de Cz\$ 3.327,27 e que pela reforma monetária é de apenas Cz\$ 804,00): "... o salário mínimo de pico teria que ser de Cz\$ 906,00 hoje. Mas isso reflete o poder de compra de um mês. Mas, por outro lado, não poderíamos sacrificar a coerência de um programa fazendo uma concessão absurda". (Afinal, nº 81, 18/03/86).

Se Persio Arida considera uma concessão absurda um salário mínimo de Cz\$ 906,00 o que achará da reivindicação do salário mínimo real?

No entanto, não é nada absurdo o congelamento do valor das OTNs, do dólar, de inúmeros preços pelo pico, realizado pela reforma monetária. Os ganhos dos capitalistas, banqueiros foram garantidos pelo pico, lógico.

A armadilha do salário médio real

Para os trabalhadores, ao invés de pico; uma armadilha: a do "salário médio real".

O que pretende a fixação do salário



Eduardo Albuquerque

médio real? Pretende transformar o estrago que a inflação fez nos salários no semestre passado, em um estrago definitivo. Pretende assim congelar as perdas dos assalariados no último semestre, garantindo os ganhos dos patrões.

Aqui há um ponto importante, que foi motivo de muitos debates pela imprensa: a tabela de conversão apresentada no "pacotão" de fato calcula o salário médio real. Politicamente é importante essa observação porque isso implica na não existência de uma contração do mercado interno em função

da conversão dos salários de cruzeiros para cruzados. A conversão dos salários em cruzeiros para cruzados não implica em um confisco salarial adicional.

O fundamental, no entanto, é que não podemos cair na armadilha da discussão do salário médio real: não podemos legitimar o que a inflação fazia com nossos salários, correndo-os. Não podemos aceitar o congelamento da situação salarial anterior, aceitar o congelamento de nossas perdas: era exatamente contra essas perdas que o

movimento operário e sindical se mobilizava, generalizando a luta pelo trimestral, conquistando reposições etc.

Anistia ao arrocho salarial da ditadura

Além de congelar as perdas salariais do último semestre, o "pacotão" comete o absurdo de anistiar todos os crimes que a ditadura cometeu contra os salários, todo o arrocho que ela impôs: o artigo 24 do pacote proíbe aumentos reais a título de reposição de perdas salariais.

Dando essa anistia à política salarial da ditadura, a "Nova República" sacramenta todas as perdas com os arrochos salariais de 21 anos de ditadura, do super-arrocho dos anos recessivos (1981-84), barrando o processo inicial de recuperação dessas perdas.

Salário-mínimo de fome

Um salário-mínimo 4 vezes menor que o real, calculado pelo Dieese. É um dos valores mais baixos decretados para o salário.

Segundo cálculos do Dieese, apenas a ração essencial mínima consumirá 75% deste salário. É um salário de fome.

Este salário só será reajustado quando a inflação atingir a 20%: sua desvalorização e as perdas que isso representará nas condições de vida de milhões de trabalhadores são evidentes. O salário mínimo, que hoje é de 58 dólares, terá chegado a apenas 46 dólares.

O nível do salário mínimo indica que, de fato, a "Nova República" congelou a miséria.

Entenda o ardil dos "salários médios reais"

Em uma situação inflacionária, os patrões ganham com a inflação porque há um descompasso entre os aumentos de preços (que sobem diariamente) e os reajustes dos salários (que, pela legislação, são reajustados uma vez por semestre).

Nesta situação, o salário vai perdendo a cada dia o seu poder de compra. A base para o comentário popular "cada mês sobra mais dia no fim do meu salário" é esta deterioração. E o dinheiro que falta no bolso do trabalhador vai para o bolso do capitalista.

Imaginando que a inflação de um semestre foi de 100%, um salário que era 100 no início chegará ao final do sexto mês com apenas 50% do seu poder de compra, atingindo o valor 50. O salário médio real do semestre será 75. No gráfico I se representa essa situação. Toda a área tracejada será apropriada pelos capitalistas. São ga-

nhos adicionais que a inflação possibilita aos capitalistas.

O "pacote" procura, de antemão, já garantir aos capitalistas os mesmos ganhos adicionais que antes eles tinham com a corrosão inflacionária dos salários.

Como?

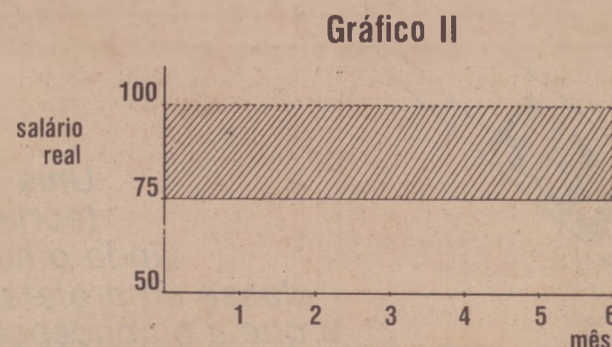
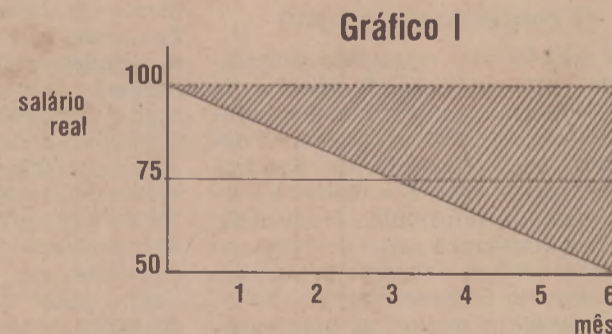
O salário médio real (que no nosso exemplo é de 75) se tornará o novo salário. Em uma economia de "inflação zero", isto seria apresentado como no Gráfico II.

A área tracejada deste gráfico II é a mesma da área sombreada do gráfico I. A partir destes critérios de conversão adotado pela reforma monetária, os ganhos adicionais (que são as áreas sombreadas dos dois gráficos) que os capitalistas conseguiram com a inflação estão garantidos — mesmo sem a inflação. Para os trabalhadores, as perdas estão congeladas.

Por que toda a reação da burguesia contra o reajuste dos salários pelo "pico"? Por que a insistência no cálculo do salário médio real?

Porque se isso ocorresse desapareceria a área tracejada do Gráfico II. E o que significa essa área? Significa os ganhos adicionais dos capitalistas.

Só que, no debate, a burguesia e os seus economistas colocam as coisas de seu ponto de vista: afirmam, como Persio Arida, que o nivelamento dos salários pelo "pico" resultaria em uma nova alta inflacionária. Ele não diz que essa alta inflacionária seria resultado da ação dos capitalistas para garantir a sua margem de lucro. Para não abrir mão de seus ganhos adicionais (diminuindo assim a sua margem de lucro), eles aumentariam os preços.



Universidade

A velha reforma da "Nova República"

Depois de seis meses de trabalho, a chamada "comissão de alto nível" entregou "ao debate da sociedade e da comunidade universitária" um volumoso relatório intitulado "Uma nova política para a educação superior brasileira". As propostas, entretanto, são velhas conhecidas da comunidade universitária.

O relatório da comissão traduz, com muita clareza, praticamente todas as preocupações presentes na exposição de motivos em que o então ministro Marco Maciel encaminhou a proposta de criação da comissão.

A "preparação apropriada para os desafios das próximas décadas" é fielmente traduzida como "formação das elites intelectuais do país" e "adequação da universidade ao atual estágio de desenvolvimento do país". Além disso, e da retórica progressista, o projeto da comissão é uma proposta que pretende ser levada em consideração, adaptando a universidade brasileira à nova forma da dominação burguesa, procurando cooptar a comunidade universitária para o apoio à transição.

Um vício de origem

A própria formação e composição da "comissão de alto nível" já não havia deixado dúvidas quanto ao seu caráter e ao que ela poderia produzir. Formada de cima para baixo, sem nenhuma consulta ao movimento de professores, estudantes e funcionários à comunidade científica; incorporando no seu interior inúmeros e ardorosos defensores do ensino privado, o governo ignorou solenemente todo o movimento de negação da política educacional da ditadura desenvolvida pela comunidade universitária nos últimos anos. A não ser os sempre dispostos a acreditar no progressismo dos liberais (a diretoria da UNE, por exemplo), a comunidade universitária (especialmente a Andes e a Fasubia) já de antemão negou qualquer legitimidade a esta comissão e a seu relatório.

O conteúdo do projeto

O projeto não representa propriamente uma novidade. A maioria de suas propostas centrais já se encontrava presente na "reforma gerencial" defendida pelo Conselho de Reitores (CRUB) desde 1984. Em síntese, o projeto pretende reformular a educação superior brasileira a partir de três preocupações centrais: readaptá-la às atuais condições do desenvolvimento capitalista brasileiro; manter as universida-

des pagas em geral e as públicas de menor tradição como canal de absorção dos setores médios que reclamam "ascensão social"; a cooptação da comunidade universitária para a gestão da crise da universidade e para o apoio à transição burguesa.

Em primeiro lugar, o projeto retoma e desenvolve a linha do CRUB. Para a comissão, trata-se de formar na universidade brasileira profissionais capazes de atender à complexidade tecnológica do nosso parque industrial, atendendo às suas necessidades de rápida modernização. A formação de mão-de-obra em larga escala, mantendo um canal de absorção das camadas médias, deve ser apenas um subproduto na "nova" política educacional, atendendo também aos interesses dos grupos privados que investiram no setor educacional na época do milagre.

A forma apontada para a concretização deste modelo é a criação de diferentes tipos de universidade para atender aos objetivos do projeto. Baseado no trinômio eficiência/mérito/competência, é proposto que a partir da avaliação por pessoas "de reconhecida capacidade", cada universidade passe a receber verbas de acordo com o seu desempenho, ou seja, a estratificação das universidades em três níveis: os "centros de excelência" produtores de conhecimento e formadores de profissionais de alto nível; universidades que possam transmitir uma formação generalista e centros de tecnologia, capazes de "atender às demandas imediatas das empresas".

Em um outro plano, o objetivo do projeto é consolidar a atual divisão ensino privado/ensino público. Acenando com a possibilidade de expansão das vagas (cursos noturnos) com algum aumento de verbas para as públicas e com o subsídio para as escolas privadas "eficientes" e que prestem serviço de "relevância social", mantém no essencial os interesses do ensino privado.

Por fim, a "comissão de alto nível" parece ter clareza de que sem o apoio da comunidade universitária certamente a implementação de seu projeto enfrentará inúmeras dificuldades. Atacando principalmente os aspectos da autonomia e da democracia com algumas concessões parciais, como a possibilidade de cada universidade determinar os seus currículos, definir a forma de organização interna, escolher alguns dirigentes, etc, o projeto procura ganhar o apoio da comunidade. Contudo, mesmo onde pretende fazer conces-

sões buscando a cooptação, o projeto não avança no essencial: mantém a nomeação dos reitores nas mãos do presidente da república, propondo a lista triplice em lugar da atual lista sêxtupla e nem toca na questão da paridade nos órgãos colegiados.

A alternativa da comunidade universitária

Sem dúvida, o relatório da comissão apresenta alguns pontos que poderiam ser considerados avanços em relação à atual situação da universidade brasileira. Contudo, entre a retórica progressista da comissão e suas propostas existe uma enorme distância. Sem partir da compreensão do conjunto da política da Aliança Democrática para a universidade, não conseguiremos responder com clareza a este projeto. Por um lado teremos que responder concretamente ao projeto no campo da luta pelo ensino público e gratuito pela democratização da universidade. Por outro, apresentar uma contraposição global ao projeto da comissão, que seja ao mesmo tempo capaz de mobilizar a comunidade universitária pela sua conquista.

Em termos de respostas imediatas, a luta da comunidade universitária passa por dois eixos fundamentais, que estarão inclusive colocados no debate da constituinte:

- ensino público e gratuito para todos em todos os níveis; 12% do orçamento da união e 25% dos estados e municípios para a educação; progressiva estatização das escolas particulares.
- democratização efetiva das universidades; eleições diretas para reitores e demais cargos diretivos da universidade; paridade na participação nos órgãos colegiados.

Em um outro plano, o projeto coloca em discussão não só a reformulação de um outro aspecto mas o conjunto da instituição universitária. Ao colocar em discussão o papel social da universidade, quem deve exercer o controle sobre sua produção, abre também a possibilidade (e a necessidade) de que o movimento estudantil, dos professores e dos funcionários apresente um projeto radicalmente comprometido com os trabalhadores. A construção deste projeto alternativo, de uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, voltada aos interesses dos trabalhadores, é o grande desafio que a comunidade universitária enfrenta neste ano de 1986.



LEIA

A teoria leninista da organização

Uma leitura coerente, rigorosa e aprofundada da teoria leninista do partido proletário. Esclarecem ainda o mecanismo de desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, em períodos revolucionários ou não, e mostram o que é a concepção leninista da relação entre a vanguarda e as massas.

Para receber envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda. no valor de Cz\$ 40,00. Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros São Paulo SP CEP:05414

Ernest Mandel

A greve da CESP

Luta desmascara Montoro e pelegos.

Os trabalhadores da CESP foram à greve no final de fevereiro, lutando pela mudança da data-base e por reposição de perdas salariais. Foi uma mobilização forte, demonstrando a disposição de luta da categoria. Mobilização que esbarrou numa postura antidemocrática e provocadora da direção da CESP.

A postura da CESP

A CESP, uma empresa estatal do governo de São Paulo, demonstrou qual democracia o governo do PMDB quer impor. Apesar de todo discurso sobre a democracia do governo Montoro, as atitudes da direção da empresa nada ficaram a dever às atitudes do passado.

Eram ligações telefônicas na madrugada ameaçando os funcionários de demissão caso não comparecessem ao trabalho. Em Ilha Solteira chegou-se a buscar trabalhadores em casa, utilizando para isso "escolta policial". Existiram pressões como a de um alto dirigente da CESP que queimava, com cigarro, grevistas na portaria da empresa.

Censura a telefones, ações criminais contra dirigentes do movimento foram alguns dos recursos usados pela empresa.

Quando às negociações, foi um processo muito truncado: a empresa inicialmente havia demonstrado disposição de negociar, mudando esta disposição a seguir, afirmando então que só negociaria com o fim da greve.

Houve um obscuro processo onde as negociações se desenvolviam na esfera federal e estadual mas terminavam se inviabilizando ao chegar à direção da empresa. É verdade que o responsável pelas negociações era um certo Paulo Enge, que como vice-presidente da



Assembléia decide continuar a luta e aguardar contraproposta

COSIPA já havia dado mostra de um método intransigente de negociação.

Uma greve organizada e firme

Em meio a tantas provocações os trabalhadores da CESP mantiveram-se organizados e firmes na condução de todo o processo.

Pela posição que a categoria ocupa no processo de produção, essa organização é fundamental para o sucesso do movimento: o fornecimento de energia elétrica de 5 estados depende diretamente dos trabalhadores da CESP.

A greve nas usinas de Ilha Solteira, Jupia e Água Vermelha foi um exemplo. Nessas usinas se concentra a força da categoria na medida em que o fornecimento da energia depende delas. Foram formados Comandos-Locais que dirigiram todo processo grevista. Segundo a orientação do Comando, trabalharam apenas os operadores.

Essa organização, foi fundamental

para a garantia do apoio do conjunto da população das cidades, que se mostraram inteiramente solidárias à luta.

Provocações contra o movimento

Para manter essa organização os trabalhadores tiveram de enfrentar dois tipos de problemas: os colocados pela direção da empresa e os colocados pelos diretores do Sindicato (diretoria presidida pelo notório Magri). A ação da direção da empresa e dos diretores do Sindicato tinha uma intenção comum: impor à organização da categoria uma derrota humilhante ou quebrar com a organização construída antes e durante a luta.

A direção do Sindicato, ligada à Conclat-CGT, fez em vários momentos faltar a infra-estrutura necessária à luta. Além disso, na última Assembléia, Magri defendeu a desunificação dos trabalhadores da CESP, propondo o

retorno ao trabalho em São Paulo e na fazenda nos outros locais. A proposta da AEC (Associação dos Empregados da CESP) foi outra: propunha a continuidade da greve, unificada, até a abertura das negociações. Proposta que foi vencedora.

Ao lado dessas atitudes houve uma certa pressão no sentido de levar o movimento a deflagrar um blecaute (corte do fornecimento de energia elétrica). As direções da greve avaliavam que era um grande erro encaminhar a greve desta maneira: haveria um problema sério na relação com o conjunto da população, que seria afetada, podendo a partir daí haver uma ação do governo no sentido de reprimir com algum apoio. O resultado poderia ser um ataque brutal à organização dos trabalhadores da CESP, comprometendo seriamente suas conquistas: e isso é deixar o campo livre para o peleguismo na categoria. E também um espaço para a defesa de uma lei de greve restritiva.

Mas essa postura, incentivada pelas provocações da direção da CESP e apoiada por dirigentes do Sindicato, foi derrotada na condução do movimento.

Uma vitória importante

O resultado foi a conquista de uma vitória importante: o governo foi forçado a abrir as negociações, em plena greve e apesar dela ter sido julgada "ilegal". Além da reposição, conquistou-se a unificação da data-base com as outras empresas de energia elétrica.

O governo Montoro mostrou, mais uma vez, a sua face anti-popular e antidemocrática. Os pelegos também mostraram, para uma categoria em luta, a sua verdadeira face.

CGT, ou quem é mais amigo do Sarney?

Preparado desde a plenária da Conclat de maio do ano passado, foi realizado neste final de semana o Congresso de fundação da CGT. O Congresso e a própria fundação da CGT — Central Geral dos Trabalhadores, só representam uma modificação formal no quadro de correlação construído pelo movimento sindical nos últimos anos.

A fundação da CGT, não representou nenhuma alteração de qualidade no bloco que se articulava em redor da Conclat. O que fez em realidade foi mostrar com mais crueza o que é este setor.

As propostas definidas são as mesmas que a Conclat já defendia, ou aliás, que os dirigentes da Conclat defendiam, já que pela sua própria tradi-

ção construída sobre a burocracia sindical, o que importa é o que o dirigente defendia, numa demonstração do total menosprezo pela deliberação coletiva. Tanto é assim que o plenário da CGT define que a mesma lutará pela suspensão do pagamento da dívida externa e Joaquinão diz que a proposta da CGT é a moratória da dívida externa. Mais do que isto, o Congresso representa um palco em que os pelegos e aderentes se degladiam por cargos de prestação de serviços à burguesia.

Não é outro o significado das palavras do Ministro do Trabalho — presente no congresso — quando declarou "o governo hoje se sustenta com a força da classe trabalhadora e exige a sua participação na realização da verdadeira revolução política e econômica que a Nova República deseja introduzir neste país".

Realizado em clima de ressaca, após a decretação do pacote e sem ter muito o que falar, já que as divergências situam-se sob pontos no programa apresentado pelo governo, o Congresso mostra alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, a eleição de Magri para a Secretaria de Relações Internacionais mostra a queda sofrida por

aquele que pretendia a presidência da Central. Outra coisa também muito interessante é a aliança MR8, PCdoB e Magri, outra grande novidade do polo pelego-reformista. Isto representaria uma nova relação entre estas correntes e a AFL-CIO (central americana vaiada no Congresso)? É difícil de dizer, quando o que predomina no interior deste bloco é o mais descarado fisiologismo.

Finalmente, uma nota sobre o PCB. Cada vez mais desprestigiado na sua Central preferida (já que na verdade a base sindical do partido tem preferências pela CUT), o PCB conseguiu apenas, e mais uma vez, ficar com as migalhas do festim. Aliás, a definição do PCB pela CGT vai custar muito caro. Existem fortes acusações de que a Conferência Sindical do PCB foi um jogo de cartas marcadas, no qual a direção manipulou a fim de garantir a sua proposta.

Fundada neste clima, a CGT só reforça a trajetória que a Conclat vinha traçando: uma organização que visa a ser o sustentáculo da burguesia no movimento sindical, que visa a garantir a "revolução" (sic) que a "Nova República" vem fazendo, como disse o Sr. Ministro do Trabalho.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiania:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

As decisões da Direção Nacional da CUT

Américo Bernardes

A reunião da Direção Nacional da CUT, realizada em Brasília nos dias 8 e 9 de março, aprovou a primeira resposta global que o movimento dá ao "pacote" do governo.

Após a contramarchas da semana que sucedeu à divulgação do decreto, quando as posições ainda não tinham clareado o suficiente, a CUT apresenta a proposta dos trabalhadores: a respos-

tre a partir do patamar de lutas alcançado anteriormente. A decretação da greve geral era uma possibilidade clara e dependia dos ritmos do movimento, de sua capacidade de avançar para um patamar de generalização.

Com a edição do "pacote", torna-se mais forte a necessidade de envolver no conjunto da pauta de reivindicações os principais fatores que são na realidade

Reorganizar e avançar a Campanha Nacional de Lutas

A reunião de Brasília apontou os primeiros passos para uma resposta unificada dos trabalhadores ao "Plano de Estabilização Econômica"

ta ao "pacote" é o avanço da Campanha Nacional de Lutas. A manutenção da Campanha Nacional, mesmo com algumas modificações em suas bandeiras e em seus ritmos, significa a compreensão de que o pacote reforça a possibilidade de uma dinâmica nacional para o movimento sindical. Em lugar de campanhas localizadas reivindicando aumentos e/ou reposições, o "pacote" incentiva o movimento a se posicionar por uma pauta nacional.

Outro fato importante é o de que a CUT conseguiu romper o coro de apoio a Sarney que se tentava impor, particularmente pela ação dos meios de comunicação. O exemplo mais triste deste apoio foi dado por Joaquim Zaidy. Depois de ameaçar a convocação de uma greve geral contra o "pacote", a Conclat uma semana depois aemitiu uma declaração de apoio irrestrito ao decreto. Apesar de não causar estranheza este apoio, uma guinada tão rápida não se faz sem que as debilidades da futura CGT se mostrem com profunda clareza. Afinal, trata-se de construir uma base de sustentação do governo no interior do movimento sindical, uma base que procure viabilizar a proposta do pacto social. E não poderia haver melhor momento para isto do que este em que o governo tenta "decretar" o pacto.

A Campanha Nacional de Lutas

A manutenção da Campanha Nacional de Lutas com uma pauta mais globalizadora é talvez o principal saldo da reunião da Direção Nacional. A concepção anterior que embasava a Campanha Nacional de Lutas era dada em dois momentos principais: o primeiro deles compunha o quadro de lutas do primeiro semestre (centrado principalmente nas campanhas salariais de metalúrgicos de SP e RS e bancários) com uma mobilização em torno das reivindicações entregues ao Presidente da República. O outro momento, avançava para as campanhas do segundo se-

tores contra a política econômica que se pretende impor ao país.

A construção dos organismos autônomos dos trabalhadores

Ao lado de levantar uma plataforma geral, a Direção Nacional da CUT também avançou bastante ao propor a constituição de organismos autônomos dos trabalhadores, envolvendo as entidades do movimento sindical e popular.

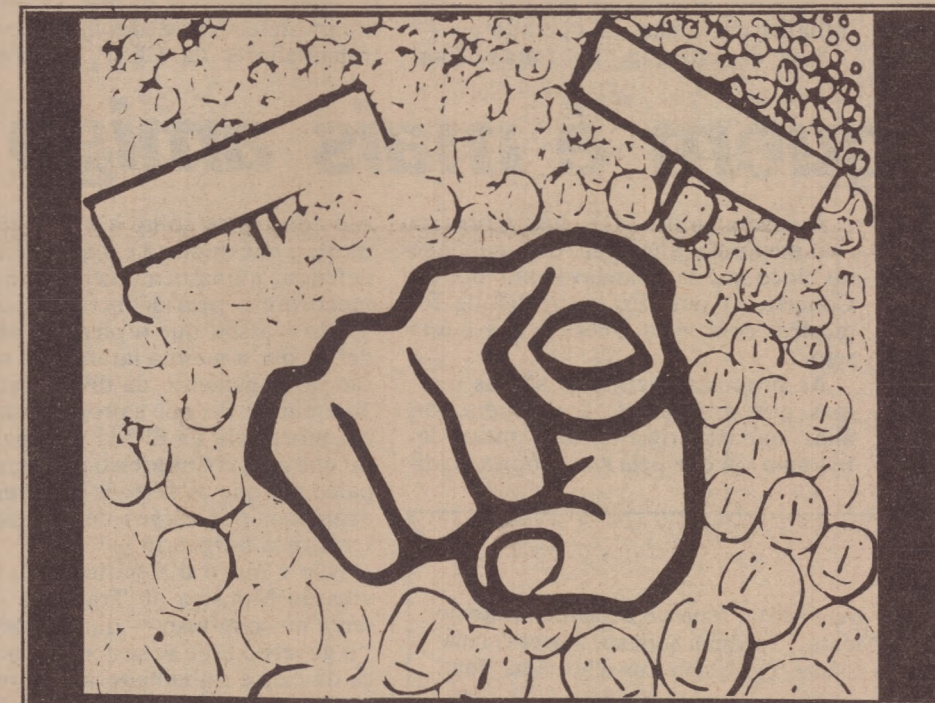
Como esclarece o próprio documento aprovado:

"A CUT considera que os trabalhadores devem exercer esse direito amplamente (o de fiscalização dos preços e atos do governo), organizando-se para isto livremente em seus locais de trabalho e moradia. Portanto, o movimento sindical (urbano e rural) através de suas organizações no local de trabalho deve procurar exercer o controle a nível de produção, custos, qualidade, quantidade, troca de produtos etc). Esta fiscalização da produção deve estar combinada com a luta contra o arrocho e o confisco salarial etc.

"O movimento sindical e popular deve articular-se para exercer o controle a nível da produção e consumo.

"A CUT deve organizar os comandos da Campanha Nacional de Lutas em torno de sua plataforma principal de reivindicações, envolvendo as entidades do movimento sindical e popular. Os comandos da defesa dos interesses dos trabalhadores, contra a política econômica e o "pacote" tem, entre suas tarefas, a organização dos trabalhadores na fiscalização do congelamento dos preços, na manutenção do abastecimento, da qualidade e quantidade dos produtos e proibição do câmbio negro."

Esta posição contém um avanço central na concepção organizativa da Campanha Nacional de Lutas. Ao responder com a organização por local de trabalho (que outra coisa não é senão as comissões de fábrica ou empresa) ou



Novas táticas para uma nova fase da luta



O governo Sarney acordou em 1986 com o fantasma de 6,5 milhões de grevistas a lhe rondar a memória e a ameaça de uma greve geral já em fase de preparação pela Central Única dos Trabalhadores.

Este ascenso das lutas decorria e era acompanhado de uma acumulação de forças do movimento sindical, em particular da CUT. Era favorecido pelo fato de que a pressão do desemprego havia diminuído em função de dois anos seguidos de uma certa recuperação da economia. Mas representava também centralmente uma reação "natural" dos trabalhadores a uma inflação de mais de 200% em crescimento; a luta contra as perdas da inflação e pela reposição de perdas passadas estavam no centro das reivindicações.

Ao interromper a escalada da inflação, o governo pretendeu quebrar esta dinâmica "natural" da luta econômica, de resposta aos confiscos da montanha inflacionária. Porém, ao mesmo tempo como vimos, embutiu no decreto o congelamento das perdas da inflação e proibiu os aumentos salariais de reposição de perdas passadas.

O que era um confisco salarial visível, claro, imediatamente revelado na consciência do trabalhador como ocorria com a inflação, passou a ser uma perda envolvida no mistério das fórmulas complicadas das tabelas de "conversão" do cruzeiro em cruzado. E, ao invés de um inimigo execrado e repudiado como era a inflação, os trabalhadores têm que fazer frente a um "pacote" inicialmente legitimado pelo congelamento dos preços.

Estas duas modificações que influem diretamente no processo de tomada de consciência e mobilização do trabalhador enquanto indivíduo e enquanto classe indicam que pode haver inicialmente um certo arrefecimento da dinâmica grevista. E ressaltam a importância da direção, de sua intervenção e sua tática na retomada do ascenso.

Diferentemente de 1980, quando o governo utilizou da repressão e da alteração da lei salarial para quebrar o ímpeto dos movimentos grevistas, há agora uma referência sólida de direção no movimento sindical, a CUT. Hoje a CUT representa um pólo que constrói sua hegemonia, reconhecida inclusive pela burguesia. E o movimento sindical avançou substancialmente na proposição de uma pauta nacional que globaliza as reivindicações e é negociada diretamente com o governo.

Por isso mesmo não há lugar para avaliações derrotistas. E as respostas já formuladas pela direção nacional da CUT na reunião de Brasília indicam que o movimento já começou a dar a sua resposta.

A Direção Nacional da CUT reunida em Brasília nos dias 8 e 9 de março, tendo analisado o Decreto-Lei 2.283/86, baixado no dia 27 de fevereiro declara:

1. Trata-se de um pacote político. Em primeiro lugar, uma vez mais o governo da "Nova República" alijou a população da discussão das grandes questões nacionais. De um lado, o pacote é um conjunto de medidas que procura fazer ajustes na economia brasileira adaptando-se a novas necessidades do capitalismo internacional e impondo aos trabalhadores um pacto social que congela a miséria por decreto,

O artigo 25 do Decreto 2.283/86 impõe como lei uma proibição definitiva à recuperação de perdas salariais, arbitrariedade jamais tentada neste país.

4. O congelamento de preços não é igual ao pacote. Não são uma coisa só. O pacote é um conjunto de medidas que deve ser visto no seu total. Os trabalhadores lutavam e vão continuar lutando para garantir preços mínimos congelados dos bens essenciais. E sabem que somente a definição democrática do rumo da economia nacional, com a reforma agrária, reorientação de créditos públicos, contenção de juros,



— salário mínimo real e reposição das perdas salariais;
— rompimento com o FMI e não pagamento da dívida externa.

Estas reivindicações estão inteiramente unidas entre si e vêm sendo apresentadas aos patrões, às autoridades e inclusive diretamente ao Presidente da República. O Decreto-Lei 2.283/86, por ser um pacote político tenta desviar a resposta do governo a estas reivindicações estabelecendo um outro quadro político com um único problema — a inflação.

O pacote não ataca as causas estruturais da inflação e tenta desligá-la do conjunto de questões que compõem uma política econômica global que, para os trabalhadores deve atender às necessidades do povo brasileiro. A CUT, portanto, não aceita a simplificação da discussão sobre os rumos da economia de um país de 130 milhões de pessoas a um sim ou não à inflação.

Considerando o pacote 2.283 um pacote político que não atende às questões centrais de interesse dos trabalhadores e do povo brasileiro, a CUT se posiciona contra o pacote.

A CUT chama todos os trabalhadores para uma ampla, livre e democrática discussão sobre o significado e sobre o conjunto das consequências deste pacote do governo e está encaminhando nacionalmente as formas para a divulgação desta posição, como parte da organização e luta dos trabalhadores."

"O pacote concentra renda e não atende às necessidades dos trabalhadores"

A nota aprovada na reunião de Brasília representa o posicionamento mais importante de ataque ao "pacote" até agora deliberado no âmbito do movimento operário e popular.

atendendo aos interesses do FMI e dos banqueiros internacionais ao garantir o pagamento dos juros e de uma dívida externa que não fizemos e pela qual o povo brasileiro já pagou com seu suor muitas vezes. O Decreto 2283 segue os modelos aplicados na Argentina, Peru e Israel que acarretaram prejuízos aos trabalhadores daqueles países. De outro lado o governo tentou recompor a Aliança Democrática e o bloco dominante no poder ameaçado de esfacelamento pela escalada inflacionária. Com isto, o governo conseguiu uma unanimidade da classe dominante incluindo os responsáveis pela condução e descalabro da economia brasileira nos últimos 21 anos como Roberto Campos, Delfim Neto ou mesmo Paulo Maluf e até, estranhamente o apoio de certos setores sindicais.

O pacote é concentrador de renda, acelera o processo de formação de grandes monopólios, de concentração da propriedade das terras e a destruição dos pequenos produtores agrícolas. Através da retórica de garantia de preços o governo esconde que o direito ao trabalho não está garantido e a rotatividade pode desempregar milhões de trabalhadores.

2. O governo diz que o pacote não reduz ou confisca o poder de compra dos trabalhadores. Isto não é verdade. Dezenas de pareceres de técnicos nacionalmente reconhecidos demonstram que há perdas salariais significativas em flarante desigualdade com os preços.

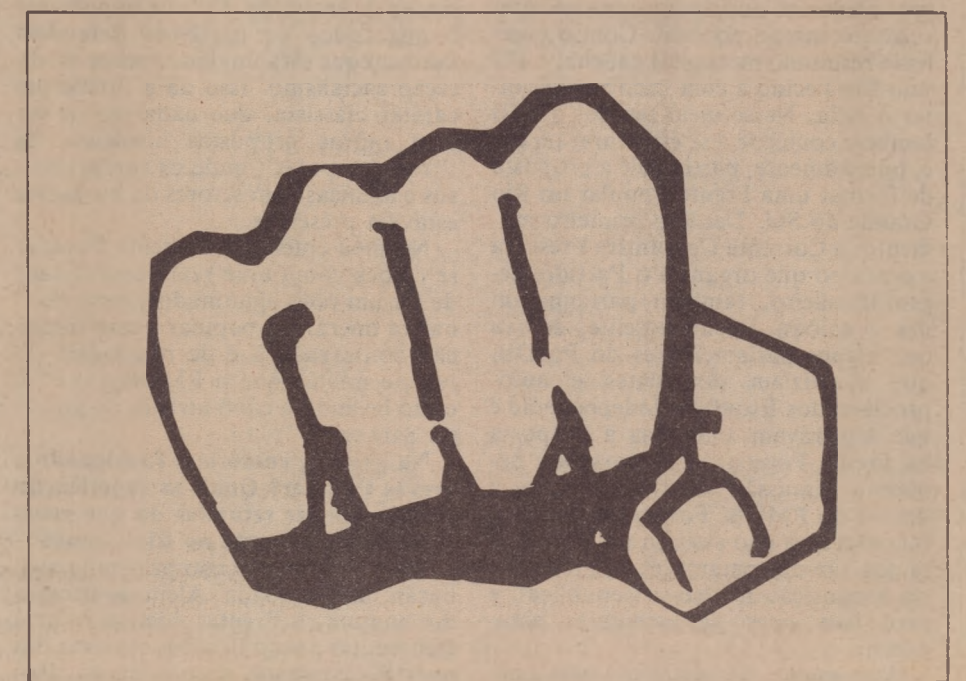
3. O governo tenta liquidar conquistas salariais anteriores procurando tornar definitivas as perdas salariais acumuladas e que vêm sendo o centro das lutas dos trabalhadores, que lograram importantes vitórias.

e fim da dívida externa, é que podem ser garantia do congelamento.

5. Depois da discussão na qual a Direção Nacional analisou os aspectos políticos, econômicos e sociais do pacote do governo, a Central Única dos Trabalhadores adota a seguinte posição.

Os trabalhadores da cidade e do campo, seus sindicatos, a CUT vêm há muito apresentando uma pauta de reivindicações no sentido de enfrentar as questões essenciais do país:

— terra para quem trabalha;
— redução da jornada de trabalho com garantia no emprego e salário-desemprego para atender a milhões de desempregados;



Rio Grande do Sul

PT organiza frente com PSB, Partido Negro e prestistas

O secretário geral do PT gaúcho e atual candidato a deputado estadual, Raul Pont, fala sobre os avanços na articulação de uma alternativa classista à Aliança Democrática.



Uma das questões colocadas para o PT nas próximas eleições é o problema das alianças. Com o crescimento do Partido no ano passado, o PT passa a ter a responsabilidade de aglutinar um pólo classista de oposição à "Nova República". Como é a experiência que vocês vivem no Rio Grande do Sul?

Raul — Nas eleições para a Prefeitura, o PT chegou a fazer um chamamento a outras forças políticas para uma candidatura socialista em Porto Alegre. Não tivemos eco para a proposta. No interior do PT vivíamos o debate sobre candidatura própria ou coligação com o PDT e, externamente, não tivemos respostas positivas a uma composição no campo popular. Com o excelente resultado na capital gaúcha, o PT saiu fortalecido e com cacife para voltar à idéia. Nesse meio tempo, o PSB também começou a se estruturar no Sul e, publicamente, partiu dele a proposta de formar uma Frente Popular no Rio Grande do Sul. Desde o primeiro momento, a Corrente Comunista Prestista e o núcleo que organiza o Partido Negro Brasileiro, também participaram das reuniões. Imediatamente, se viu que alguns parlamentares do PMDB, que se diziam dissidentes e auto-proclamados Esquerda Independente e que mostravam simpatias a proposta da Frente Popular, não possuíam nenhuma discussão interna e orgânica dentro do PMDB. Foram em algumas reuniões mas não assumiram a proposta pois um dos patamares da Frente seria a oposição a "Nova República" e nem isso esses parlamentares assumiam.

Atualmente, há também a participa-

ção esporádica de setores descontentes do PDT através do vereador da capital, Valneri Antunes, e setores da Juventude Socialista do PDT, mas é ainda uma participação circunstancial e pouco comprometida.

Mas, o que dá unidade a Frente Popular? Quais seus objetivos?

Raul — Como dissemos, o ponto de partida é a oposição a "Nova República". Após várias reuniões, avançamos na elaboração de um programa comum onde questões com a dívida externa, a reforma agrária, a estatização dos setores básicos da economia, a crítica a Constituinte Congressual, dão uma plataforma de unidade a Frente, claramente de esquerda. O mais importante é que todos os parceiros defendem também que essa unidade aponte na direção socialismo. Isso dá à Frente um caráter classista, que nada tem a ver com outras propostas históricas de "frente popular" onde os compromissos e alianças com setores da burguesia estavam presentes.

No meu entender, a Frente Popular se coloca como uma real possibilidade de ser um pólo aglutinador, uma alternativa operária e popular a essa transição conservadora e de reciclagem do regime militar que o PMDB e o PFL estão levando a cabo através do governo Sarney.

Na prática, como tem funcionado a Frente Popular? Quais as experiências que podem ser retiradas do que vocês estão encaminhando no Rio Grande?

Raul — Ainda é cedo para uma avaliação mais acabada. Além do programa comum, a Frente objetiva levar a frente lutas e mobilizações em cima das questões concretas da população. Isso

é auxiliado pelo fato do apoio a CUT ser outro dos pontos de unidade da Frente Popular e que permite uma grande unidade no meio sindical. Pretendemos além das lutas sindicais, desencadear campanhas em relação a Constituinte e a antecipação do mandato do presidente Sarney, com eleições diretas junto com a Constituinte. A Frente orienta que seus componentes no interior formem também comitês municipais para reproduzir o trabalho conjunto no interior. Atualmente, começamos a debater um projeto comum de Constituição pois entendemos que esse será o eixo central de unidade na próxima campanha eleitoral. Uma discussão que corre paralela à própria discussão que iniciamos dentro do PT. Se conseguirmos unir nossas forças em vários municípios do interior já será um grande avanço para o movimento sindical e popular.

As eleições não poderão trazer problemas para a Frente? Nos momentos eleitorais sempre surgem interesses particulares de cada força política e surgem divergências. O que já foi acertado sobre isso?

Raul — Realmente, esta é uma questão mais complicada. A proposta de participar na Frente Popular foi assumida por unanimidade na Executiva do PT e depois referendada em reuniões do Diretório Regional e Nacional. Mas, é evidente que para um processo eleitoral a questão é mais complexa.

No PT, ainda não há uma definição sobre isso. Tomaremos essa posição no Encontro Regional dos dias 2 e 3 de maio, onde também será indicado o nosso nome para concorrer ao governo do Estado. Na Frente, em reuniões, tanto o PSB, como o PNB e os companheiros prestistas têm defendido que a Frente deveria se constituir numa coligação em todos os níveis em novembro deste ano, ser uma alternativa política e eleitoral do povo gaúcho. No PT — até por ser o maior Partido — esse debate ainda não se encerrou. Há companheiros que acham que se houver coligação, deverá ser apenas nos nomes majoritários. Outros defendem isso e que o candidato ao governo seja, necessariamente, do PT. Acho que o problema maior está na coligação para os candidatos proporcionais e isso dependerá, ao meu ver, basicamente, da identidade de tática eleitoral de todas as forças. Isto é, uma política clara de maior número possível de candidatos para que nenhuma força venha se beneficiar da legenda dos demais. A questão da candidatura ao Governo do Estado talvez também crie alguns problemas.

Entendo, no entanto, que os avanços alcançados até agora já são positivos e têm servido para atrair um grande número de pessoas sem partido, persona-

lidades políticas e sociais no Estado e até pequenos grupos descontentes do PMDB que não possuem ainda uma definição partidária. Mas já não se sentem à vontade no PMDB, e vêem na Frente Popular um canal para esse período de redefinições político-partidárias.

Não tenho nenhuma dúvida que o PT deveria ter uma política semelhante, ofensiva, em outros Estados, até aprovar uma definição nacional sobre isso. Nosso crescimento no último período não só nos habilita, mas as tarefas políticas da conjuntura nos cobram tal iniciativa. Somos nós, e não Brizola e seu PDT cada vez mais a direita, que podemos aglutinar um pólo classista, uma alternativa do campo operário e popular ao governo da Aliança Democrática. Esta é a forma de consolidarmos o PT na direção de um campo anti-capitalista, cujas bases objetivas já estão dadas e há muito em nosso país.

Cresce a pré-candidatura de Flávio Koutzi

Foi realizado no dia 20 de março um jantar-churrasco de apoio à candidatura de Flávio Koutzi ao governo do estado. O objetivo é consolidar a sua candidatura dentro do PT.

Desde que foi lançado como pré-candidato ao governo, Flávio Koutzi tem viajado, acompanhando encontros e pré-convenções do partido. E a aceitação de sua candidatura tem sido muito boa. É um nome forte e pela sua aceitação indica que poderá ganhar a pré-convenção.

Flávio Koutzi foi um dirigente político, que participou com vigor da luta contra a ditadura. Exilado, esteve na Argentina e na França (onde se formou como sociólogo). Escritor, publicou um livro a partir de suas experiências nos cárceres argentinos "Pedaços de morte no coração". Atualmente é editor da L & PM, uma editora de livros. Desde que voltou ao Brasil, se integrou ao PT. Participou de inúmeras palestras, debates, conferências e de várias atividades do partido. Toda essa participação na construção do PT culminou no seu lançamento como pré-candidato por vários militantes do partido.

O desafio de crescer com raízes no movimento

O crescimento vertiginoso da influência no último ano evidencia que as questões de organização devem merecer uma atenção toda especial no processo de convenções que se abre.

João Machado

O PT realizará nos próximos meses um processo de convenções estaduais e de convenção nacional, onde enfrentará questões políticas de grande importância, como a da resposta do partido à reforma monetária do governo Sarney e à ofensiva da burguesia para estabilizar o capitalismo brasileiro, fazendo que os custos disto recaiam sobre os assalariados; a da participação do PT do processo de Congresso Constituinte; a da plataforma de reivindicações, de lutas e de governo a nível nacional do PT.

Nestas convenções, porém, as questões de organização do PT terão pelo menos igual importância. O partido experimentou no ano de 1985 um extraordinário crescimento da influência política, evidenciado pelo aumento da força dos sindicalistas petistas (com o crescimento da CUT, onde os petistas são amplamente majoritários) e pelo grande incremento da votação do PT nas eleições de novembro. Mas este progresso em influência não teve até agora uma correspondência na organização partidária.

De modo geral, o PT continua a ser um partido que organiza uma parcela muito pequena dos seus filiados em núcleos, para uma atividade unificada na luta de classes. É pequeno o número dos que militam regularmente nas estruturas do partido, se o comparamos com os filiados e apoiadores do PT em geral, e inclusive se comparamos com o número de ativistas dos movimentos sociais identificados com o PT. Durante o ano de 1985, houve uma separação crescente entre os que militam no PT e os que militam no movimento sindical ou, em menor medida, nos movimentos populares. Para a maioria dos ativistas dos movimentos sociais, o PT tem sido mais uma referência política do que um partido no sentido próprio do termo. Podemos discernir nos últimos meses algum esforço para aumentar a organização de núcleos, inclusive de categoria. Mas este problema está longe de estar resolvido.

A armadilha do "partido institucional"

Assim, o PT é um partido que organiza pouco as suas bases sociais e que, portanto, é pouco controlado por estas bases. Não sendo um partido de militância (isto é, sendo numa medida muito reduzida) e não tendo um vínculo orgânico sólido com o proletariado e com os setores populares, não tendo um papel importante como partido na organização das suas lutas (embora os petistas tenham um papel destacado), o PT enfrenta uma tendência perigosa de se tornar um "partido institucional", com um viés parlamentarista.

Este problema sempre foi um dos desafios principais do PT. Hoje, com o seu crescimento, com a possibilidade de o partido vir a ter bancadas parlamentares muito mais numerosas, e até mesmo de ganhar algum governo de estado, o problema fica muito mais agudo.

Para o PT é vital neste ano dar pelo menos alguns passos para melhorar sua



São Paulo

PT realiza seminário de organização

Nos dias 8 e 9 de março, o PT realizou um seminário sobre a organização partidária em São Paulo, no qual muitas das questões que o partido tem de enfrentar nesta área foram debatidas.

Uma das questões que tiveram destaque foi a dos núcleos por categoria ou local de trabalho. De modo geral, houve um consenso no sentido de que o seu fortalecimento é hoje vital para o PT, e que é preciso superar a idéia de que estes núcleos se destinariam apenas a organizar uma intervenção sindical. Ficou claro que estes núcleos devem "integrar novos militantes não apenas para o desenvolvimento da ação sindical, mas para a luta social como um todo, ampliando e politizando a sua ação". Ou seja, os núcleos por categoria se destinam a organizar o conjunto da intervenção do partido nas categorias, e a participação destes militantes em todas as atividades do partido.

Além disto, foram aprovadas também por consenso propostas de modificação do regimento interno do partido indispensáveis para um desenvolvimento destes núcleos. A primeira, diz respeito ao quórum para deliberação e para eleição de delegados destes núcleos. Hoje, ele está relacionado com o total de filiados, o que inviabiliza uma filiação

organização partidária, aumentando em alguma medida sua qualidade de partido de militância, que intervém como partido nas lutas dos trabalhadores, de partido que organiza a sua base social e é controlado por ela, de partido cujo centro está na organização dos trabalhadores e para o qual o parlamento ou um eventual governo de estado sejam pontos de apoio, e não armadilhas que o afastem dos objetivos.

Multiplicar os núcleos

A primeira questão é, naturalmente,

massiva (pois isto acarretaria a impossibilidade de atingir o quórum daí para a frente); foi proposto que, tal como ocorre hoje com os diretórios municipais, distritais e zonais, o quórum dependa do número mínimo de filiados para constituir o núcleo.

Novos Critérios

A segunda proposta aprovada diz respeito ao critério de eleição de delegados para as convenções estaduais. Hoje, o número de delegados depende apenas do número de filiados, e não do número de presentes nas convenções dos diretórios de base ou dos núcleos por categoria (desde que se alcance o quórum). Isto não valoriza a participação nas convenções, e termina tornando mais difícil eleger delegados por núcleos por categoria (pois em geral é mais difícil filiar neles do que nos diretórios com base territorial).

A proposta aprovada estabelece um critério duplo para a eleição de delegados: um para cada x (número a ser calculado) filiados, e mais um para cada y presentes nas convenções. Assim, valorizaríamos tanto a filiação quanto a presença ativa. Além de facilitar a eleição de delegados por categoria, este critério reforçaria em geral a participação no partido.

ampliar qualitativamente o número de petistas organizados em núcleos, e o papel destes núcleos tanto na luta de classes em geral quanto na vida do partido. Dentro disto, têm uma importância particular os núcleos por categoria, pois a organização dos petistas no movimento sindical é hoje mais débil.

Outra questão de grande importância é a de dar à direção do partido, nos seus vários níveis, uma maior capacidade de centralização política. Isto tem um lado operacional (que envolve questões como a da infra-estrutura, da

organização das secretarias), tem uma grande dependência do desenvolvimento da imprensa do partido, e tem também um lado político: para que o PT possa centralizar sua militância, ele tem de fazer um esforço para unificar todas as suas correntes, para comprometê-las com as decisões em todos os níveis. Excluir alguma corrente de peso no partido da sua direção significa enfraquecer esta direção.

O problema da centralização

Assim, é uma questão importante para o PT adotar em todos os níveis, inclusive nas Executivas, a regra da representação proporcional, acabando de uma vez por todas com a prática nociva das "executivas puras". É uma questão também importante dar um tratamento não discriminatório a todas as correntes do partido. É incoerente, por exemplo, que o Diretório Nacional do PT faça uma crítica a um documento do PRC (nota do DN criticando o texto "O PRC e as eleições de 1986", publicada no "PT São Paulo" de março), considerando que algumas das orientações deste documento do PRC se chocam com orientações do PT, e dizendo que "todo e qualquer filiado do PT que seguir orientações não emanadas das instâncias petistas estará sujeito às normas do Estatuto e do Regimento Interno do PT", sem fazer nenhuma crítica a atitudes práticas infinitamente mais contrárias às orientações partidárias do que eventuais enunciados incorretos de um texto do PRC.

Por exemplo, muito antes de criticar o texto mencionado do PRC o Diretório Nacional deveria criticar o comportamento do deputado Luís Dulce em Minas, dos deputados do PT do Rio de Janeiro (que não apoiaram os candidatos do partido a prefeito das suas capitais).

E agora estaria na obrigação de questionar o artigo "A exceção e a regra", do secretário geral do PT, Francisco Weffort, publicado na *Folha de São Paulo* de 15/03/86, que se afasta claramente da posição aprovada pelo Diretório Nacional sobre o "pacote econômico", tratado pelo companheiro Weffort numa luz muito favorável, e que termina com a surpreendente conclusão (para um petista) de que "em todo caso, esta (o pacote) é a última cartada. Se o pacote fracassar, o governo estará condenando a si próprio — e, com ele, o país — a uma trilha insegura que pode levar todos nós ao desastre"! Desde quando atrelamos nossa sorte à do governo Sarney? Ou seja: para que a direção do partido possa unificá-lo, não pode usar a cada momento dois pesos e duas medidas. O mínimo que esperaríamos do companheiro Weffort é que deixasse claro que estes seus conceitos são estritamente pessoais.

Estas e outras questões de organização do partido têm de ser enfrentadas. Só assim o PT terá um crescimento sólido.

A queda de

Nestas páginas, um primeiro balanço dos eventos que culminaram com a queda das ditaduras no Haiti e nas Filipinas.

Juarez Guimarães

Haiti

Uma insurreição interrompida

No início deste ano, duas ditaduras pró-imperialistas e com larga história de crimes e violências foram derrotadas. As quedas de Ferdinand Marcos e Jean Claude Duvalier, sob a pressão de fortes e amplos movimentos de massa, significam uma alteração da correlação de forças no sudeste asiático e no Caribe em detrimento do imperialismo.

A intervenção do imperialismo nestes processos teve uma influência direta e, talvez decisiva, no rumo dos acontecimentos. No Haiti, a retirada do apoio americano a Duvalier encurtou o período de resistência de uma ditadura sitiada e nas Filipinas contribuiu para o desenlace final da derrubada da ditadura Marcos, em crise desde 1983. Em ambos os casos, o imperialismo demonstrou uma vontade e até uma capacidade de abortar, pelo menos temporariamente, processos de radicalização que ameaçavam transbordar completamente do controle burguês.

O sentido tático destas intervenções é evidente. O imperialismo aprendeu com as revoluções nicaraguenses e iranianas. Tanto no Haiti como nas Filipinas utilizou o seu poder de pressão político e econômico para forçar ditaduras fechadas e corrompidas a se reformarem e assim obstruir em processos perigosos de decomposição do aparelho de estado. E, no limite, retirou o apoio a estas ditaduras e trabalhou processos mais amplos de recomposição da dominação burguesa.

Como são manobras táticas, elas levam em consideração fundamentalmente o estágio de contestação e organização do movimento de massas. Nas Filipinas, onde há um estágio de organização das forças populares muito mais elevado do que no Haiti, a transição assume um sentido muito mais "democrático". Neste país, o golpe militar que detonou a queda de Duvalier foi hostil e desconectado com a mobilização das massas e foi além disso, negociado com o ex-ditador; nas Filipinas, os militares que puxaram o golpe apareceram como o braço armado de uma ampla campanha de massas da oposição burguesa reunida em torno de Corazon Aquino.

A importância destas experiências para os revolucionários tem um longo alcance. Elas refletem com enorme atualidade a dimensão internacional da luta de classes. E colocam no centro questões tão importantes como a estratégia de construção da hegemonia dos revolucionários na sociedade: se os revolucionários não se armam de um plano tático bastante flexível e de uma capacidade de intervenção em vários planos (ações de massa, no campo diplomático, eleitoral e até militar) na luta pelo poder correm o risco de sofrer duros golpes e até se isolarem do movimento social por longos períodos, frente a manobras de adversários que incorporam ensinamentos da burguesia em conjunturas e países distintos.

Com a fuga de Jean Claude Duvalier do Haiti em fevereiro passado tivemos a queda da segunda mais antiga e certamente uma das mais sanguinárias ditaduras do continente americano. A queda da ditadura dos Duvalier, que governava o país desde 1957, abre um novo período para este país, recordista em miséria no mundo ocidental. O Haiti tem 80% de sua população analfabeta e residindo em área rural, uma renda per capita média de 270 dólares por ano, 73% de suas crianças e 50% da população adulta subnutrida.

A queda da ditadura dos Duvalier expressa a combinação de uma série de elementos importantes: uma crise econômica sem precedentes na história do país, a crescente incapacidade da ditadura em coesionar as forças burguesas, o engajamento de setores da Igreja vinculados ao movimento popular nas atividades de oposição, um movimento de massas radicalizado com forte espontaneidade e com características insurrecionais.

Este movimento de massas foi fruto de uma acumulação de forças que tem nas manifestações do 1º de maio de 1984 um momento importante. A partir daí os fatos se sucederam com rapidez: a 29 de janeiro uma manifestação de 40 mil pessoas em Cabo Haitiano, a segunda cidade do país; no dia 31 deste mês Duvalier decreta estado de sítio, mas as manifestações já alcançam a capital, Port-au-prince; nos dias seguintes panfletos circulavam propondo uma greve geral.

A intervenção americana

O apoio dos EUA foi sempre um fator decisivo para a estabilidade da ditadura dos Duvalier. Apoio econômico (o governo de Duvalier recebeu um apoio anual de 50 milhões de dólares), militar (com o treinamento nas bases americanas no Panamá de uma elite do Exército, com a doação de equipamento bélico), diplomático.

No início de 1985, os EUA apoiavam ainda incondicionalmente o regime de Duvalier. Em janeiro de 1985, o secretário de Estado George Shultz em mensagem ao Congresso afirmava que o governo Duvalier "está fazendo um esforço correto e importante para melhorar a situação dos direitos humanos, implantando uma política de reformas que são essenciais ao desenvolvimento da democracia no Haiti".

Após o evidente fracasso do referendo promovido por Duvalier, os EUA começaram a se distanciar do governo do Haiti. Com o deslanche do movimento popular, os EUA retiraram o apoio político ao regime. O imperialismo agiu em três frentes: negocia com Duvalier e dá cobertura, junto com a França, à sua saída do país, sem perda de sua fortuna pessoal em grande parte aplicada no exterior; apoia a formação



"Ninguém mais teme Duvalier", o refrão dos manifestantes

de uma junta de governo de maioria militar e com cinco de seus seis membros íntimos do regime Duvalier, cujo primeiro ato foi exatamente decretar o estado de sítio no país; ao mesmo tempo em que o Pentágono se preparava para um desembarque de tropas na eventualidade do governo não conseguir conter o movimento de massas.

Uma situação ainda não definida

A nova Junta conta evidentemente com o apoio integral do governo americano. Mas sofre uma importante contestação no interior do Haiti. No dia 18 de fevereiro, tropas do Exército tiveram que usar gás lacrimogênio para dissolver uma multidão que exigia a expulsão de oficiais que serviram a Duvalier e que participam da Junta. Ato com o

mesmo conteúdo com milhares de pessoas ocorreram nas cidades de Les Cayes e Jacmel, no sul do país. Os estudantes de Gonaives, os quais tiveram um importante papel na deflagração do movimento que culminaria com a derrubada de Duvalier, aprovaram uma carta contendo 25 reivindicações exigindo democracia. Os sindicatos começam a ter uma participação mais aberta.

Em outra medida, as forças de oposição burguesa como o Partido Democrata Cristão, com muitas das suas lideranças ainda no exílio reclamam a imediata normalização democrática do país.

Nesta situação, o novo golpe desfechado no último dia 21 que concentrou os poderes nas mãos do general Harry Namphy só provoca o crescimento da instabilidade política no país e fortalece a rota de choque do governo com o movimento de massas.

duas ditaduras

Em relação a esta última, reproduzimos uma entrevista de Pierre Rousset, publicada no Rouge, jornal da Liga Comunista

Filipinas

Na crise, a força e a fraqueza do governo Reagan

— Você poderia situar o curso dos acontecimentos da crise que se desenvolve nas Filipinas?

Pierre Rousset — Durante os últimos meses, a disputa política foi travada entre duas forças burguesas: o clã Marcos e o reagrupamento em torno a Cory Aquino. A esquerda e a extrema esquerda filipinas foram marginalizadas durante todo o período eleitoral e aquele que se seguiu imediatamente às eleições de 7 de fevereiro, ainda que se tenha visto reaparecer a cor vermelha em meio ao amarelo dos aquinistas.

Mas é fundamental compreender que se a crise atingiu esta profundidade, se forças conservadoras como a Igreja Católica se jogaram em uma oposição decidida a Marcos, é porque a sombra do desenvolvimento da guerrilha comunista, de uma crise social muito profunda, do fortalecimento das organizações populares dirigidas pelas forças de esquerda rondou sobre o conjunto da situação nestes últimos meses. A presença de forças revolucionárias em pleno desenvolvimento e o fortalecimento do movimento popular independente e anti-imperialista jogaram um papel central.

Foi um fator chave na crise do regime Marcos. Do ponto de vista das forças conservadoras filipinas, como do ponto de vista de Washington, o problema não era a existência de uma ditadura mas de uma ditadura incapaz de controlar a radicalização das lutas populares no arquipélago. O segundo problema é que este arquipélago é um país de 54 milhões de habitantes em uma zona estratégica. Na Ásia Oriental, no sudeste asiático, onde se desenrolaram as revoluções chinesa, vietnamita, indochinesa e onde, depois de alguns anos, Washington esperava marcar alguns pontos importantes no sentido de estabilizar esta zona e principalmente os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático). O avanço do movimento revolucionário no arquipélago significava uma desestabilização para o conjunto do sudeste asiático. O terceiro problema estratégico é que o arquipélago está na junção do Oceano Índico e do Oceano Pacífico, uma das maiores rotas marítimas do mundo. Enfim, as Filipinas abrigam as duas maiores bases americanas fora dos EUA.

— Nos últimos dias da crise do governo Marcos, o Exército filipino se dividiu. Que lugar este Exército ocupava no jogo político do país?

Pierre Rousset — Junto com a cidade-Estado de Singapura, as Filipinas são o país da Ásia do sudeste no qual o Exército tradicionalmente jogou o papel menos importante. Não existe tradição de ditadura militar como na Tailândia ou na Indonésia. Quando os Estados Unidos sustentaram a manutenção na presidência de Ferdinand Marcos, ao fim dos anos sessenta e no início dos anos setenta, e quando sustentaram o estabelecimento de um regime de exce-

ção, era principalmente para permitir a criação de um Estado centralizado, de um Exército nacional, de uma política coordenada neste arquipélago até o momento dominado pelos poderes provinciais, pelos exércitos privados, pelas grandes famílias: um poder fragmentado.

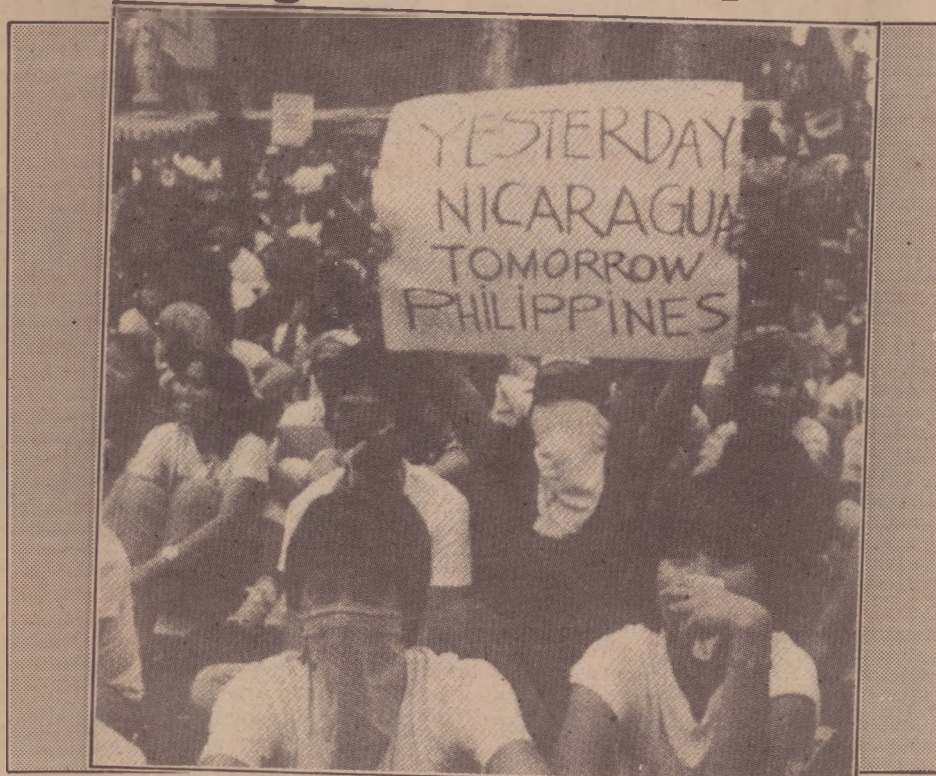
Nós assistimos hoje a três desenvolvimentos importantes. Pela primeira vez nas Filipinas, há um inimigo comum a todas as camadas populares afetadas pela crise econômica e pela repressão. Em segundo lugar, ao se tornar um exército privado da família Marcos, as forças armadas atingiram toda a cólera dos outros setores da burguesia. Por fim, e isto é fundamental, ao fim dos anos setenta este exército privado se transformou em exército dinástico. O avanço do general Ver as modificações dos postos de comando indicavam que o clã Marcos preparava uma sucessão dinástica. Esta questão aparece no enfrentamento entre Juan Ponce Enrille e o general Fidel Ramos de um lado e Marcos e o general Fabian Ver de outro.

Enrille era um dos barões do regime Marcos graças ao qual ele se tornou uma potência econômica, foi o cérebro e a alma do regime de exceção e adquiriu neste período onde se tornou ministro do Interior uma reputação de brutalidade extrema. Enrille, em função de sua inteligência política e de suas posições, era o sucessor natural de Marcos. As rupturas entre os dois dirigentes datam do momento no qual Enrille compreendeu que o avanço do general Ver testemunhava a transformação dinástica e implicava na sua marginalização. O general Ramos é, de todos os altos-oficiais, aquele que se passa por ser o mais próximo dos EUA. Ele é considerado um profissional sem ambições políticas, à diferença de Enrille.

Após alguns anos, os EUA decidiram confiar o comando em chefe do Exército a Ramos, o qual julgavam ser o único capaz de realizar as reformas necessárias em um Exército minado pelo clientelismo e incapaz de lutar com eficácia contra a guerrilha. Apesar de seus esforços redobrados após o assassinato de Benigno Aquino em agosto de 1983, não apenas os EUA não obtiveram a marginalização de Ver, mas a situação se tornou ridícula: Marcos anunciou a demissão de Ver sem oficializá-la e este último continuava a reforçar as suas posições no clã Marcos. Foi a gota d'água que fez transbordar o copo. Não havia mais a esperança de transição democrática.

— Qual é hoje a perspectiva dos Estados Unidos?

Pierre Rousset — O governo Reagan terminou por escolher o campo de Cory. Mas a crise filipina mostrou a força e a fraqueza deste governo. Força, porque o simples fato dele não ter tomado publicamente posição contra Marcos permitiu que por um longo pe-



“Ontem a Nicarágua, amanhã as Filipinas”, diz o cartaz em uma manifestação em Manila

ríodo ele se mantivesse. Mas também fraqueza extraordinária, porque após anos de esforço, o governo americano não foi capaz de impor ao ditador obstinado medidas de compromisso que permitiriam uma transição controlada.

Em segundo lugar, é um dos grandes fracassos da política internacional de Reagan, equivalente ao que foi o Irã para Carter. Reagan não foi apenas paralisado por uma transição, mas seu governo tornou públicas as suas divergências. Por causa das suas hesitações, Reagan fez crescer um anti-americanismo virulento em todos os campos. O que permitiu pelo momento aos EUA de salvar as posições, foi que as eleições fizeram aparecer pela primeira vez uma alternativa burguesa com credibilidade.

— No campo da esquerda, qual é a força de uma alternativa às forças burguesas?

Pierre Rousset — A marginalização da esquerda nas eleições tem duas razões. O terreno eleitoral não é o seu terreno privilegiado. Ela foi também marginalizada por suas divergências internas. O eixo principal da esquerda é o Partido Comunista das Filipinas, o Novo Exército do Povo e a Frente Nacional Democrática (clandestino, que reagrupa os setores de massa dirigidos pelo PC, pelo NEP e pelos cristãos pela libertação nacional). É apenas este pólo que tem uma implantação nacional e em todos os setores sociais. Esta frente exerce uma grande influência sobre o reagrupamento das organizações de massa populares, operárias, sindicais, camponesas no seio da coalizão chamada Bayan (Pátria). Ao lado desta corrente dominante existem personalidades e outras correntes marxistas independentes. Para lembrar, vale assinalar

o PC — pró Moscou, o PKP, que foi muito enfraquecido no fim dos anos quarenta e nos anos cinquenta após o esmagamento da insurreição dos Huks e que capitulou diante do regime, alguns de seus dirigentes até participando dele.

Entre o PC e os outros componentes da esquerda se manifestou uma divergência com relação às eleições: as forças dirigidas pelo PC convocaram ao boicote, enquanto a quase totalidade das outras forças (entre elas, dirigentes do Bayan) se inseriram no interior da campanha Cory para não abandonar o terreno às forças burguesas. Para o PC, as forças que participaram das eleições manipuladas não fizeram senão avaliar o regime Marcos.

Entretanto, não é suficiente uma visão de curto prazo, apesar desta marginalização atual ser um grande problema. A crise não se limita ao desgaste de Marcos e da repressão. É também uma crise econômica e social profunda e todo novo regime, não importa a legitimidade temporária que desfrutará graças ao prestígio de Cory, se achará confrontado a ela. A extrema esquerda filipina com sua corrente majoritária, o PCP, é profundamente enraizado e não são alguns meses de marginalização relativa que serão suficientes para desraizá-lo. Em uma situação mais democrática, as organizações populares poderão retomar seus crescimentos sobre a base da crise econômica e social. De maneira geral, pode-se afirmar que se existe um país onde o marxismo não está em crise é nas Filipinas. A referência marxista anti-imperialista é um fator profundo e a extrema esquerda se tornou uma componente estrutural do arquipélago.

América Latina



Manifestação do PIT/CNT em Montevideu

Um novo ascenso das lutas contra o FMI

Uma reação em cadeia contra as novas políticas do FMI: na Argentina, no Uruguai, no Panamá e na Bolívia os trabalhadores realizam greves gerais.

José Correa

O "pacote econômico" baixado pelo governo coloca com mais força para o movimento operário no Brasil uma questão de profunda importância e que tem perpassado o conjunto das lutas no último período: a política do FMI para a América Latina e a luta contra a dívida externa. Apesar das inúmeras colocações dos ministros e economistas do governo defendendo a originalidade nacional do "Plano de Estabilização Econômica", a realidade é muito distinta.

De Seul a Sarney...

Para compreender a política geral que está sendo implementada na América Latina é fundamental traçar com clareza as marchas e contramarchas da política imperialista para o "terceiro mundo". Um dos momentos de maior interesse é a reunião do FMI em Seul, quando vários representantes de países devedores levantaram as vozes contra a espoliação internacional, em particular o presidente do Peru, Alan García. A reunião do FMI, em verdade, não aprova de imediato nenhuma proposta para a solução da grave crise em que vivem os países do "terceiro mundo". Contudo, esboça duas linhas que avançarão com bastante nitidez no segundo semestre do ano de 1985.

A edição do Plano Backer — que para o Brasil não teve grandes repercussões, mas representa uma questão central para vários países da América Latina — é o primeiro indício de modificação de uma linha tradicionalmente monetarista, que apregoava a todo instante os cortes no investimento, a recessão como política de resolução de crises inflacionárias.

O Plano Backer significa a dotação de 27 bilhões de dólares para aplicação em projetos especiais de desenvolvimento no "terceiro mundo". Se esta verba é pouca em termos da dívida brasileira, já que ela é dividida para vários países, pode representar muito para

países que têm uma economia pouco desenvolvida e um parque industrial atrasado. Além disto, pode representar um avanço no processo de racionalização do capitalismo nestes países na medida em que o controle dos incentivos e de sua aplicação é do próprio FMI.

A outra linha importante é a aplicação de programas que estão sendo chamados de heterodoxos, devido ao fato de que trabalham com procedimentos bastante diferentes dos já tradicionais programas recessivos.

A aplicação destes programas alinha-se a uma atitude no sentido de renegociação das dívidas de curto prazo dos países do "terceiro mundo". No dia seguinte à edição do pacote no Brasil, antes mesmo que os próprios economistas brasileiros tivessem compreendido o que significavam todas as tabelas, os bancos credores aceitaram a renegociação de 36 bilhões de dólares da dívida brasileira, baixando os juros e a taxa de risco. Também segue junto a estas políticas uma tentativa de estabilizar os processos de transição em vários países.

A partir de Seul e, tendo o imperialismo conseguido "calar" os governantes que tentavam se apresentar com alguma demonstração de independência (como as iniciativas de Alfonsín logo após sua posse), começam a ser implantados vários programas nos países da América Latina, que trabalham com dois eixos principais: o amortecimento das lutas que se desenvolvem, tentando isolar as parcelas mais combativas do movimento operário e popular e a "estabilização" ou "resolução" de crises inflacionárias.

O "choque heterodoxo" faz escola

O primeiro programa a ser colocado em prática foi o plano Austral na Argentina. Representa basicamente a res-

posta a uma inflação de mais de 600%, a uma deterioração crescente da influência e prestígio de Alfonsín, a uma crise econômica que se acentuava rapidamente. A aplicação deu-se dois meses antes das eleições e conseguiu reverter o desgaste do governo, tendo Alfonsín conquistado a maioria do parlamento eleito em outubro. Depois da Argentina, vieram a Bolívia e o Peru. No Peru, o programa segue basicamente as linhas anteriores: congelamento de preços e salários, tentativa de cooptar a população etc. É interessante salientar que no Peru o programa foi implantado em duas etapas e não continua a "indexação" da nova moeda.

Já na Bolívia o programa implantado significa o mais duro golpe sofrido pelos trabalhadores. Para aplicar um programa que desnacionaliza a economia, transformando a Bolívia em uma ampla "Zona Franca", o governo prendeu a direção da COB, decretou estado de emergência, atacou com toda a força os trabalhadores e suas organizações.

Greve geral em três países

A implantação destes programas de "estabilização" econômica só pode se realizar com uma derrota imposta ao movimento operário e popular. Na Argentina significou a ampliação do quadro recessivo e o reforço do mercado paralelo. No Peru, também se observam a agudização destes fenômenos, sem que, em ambos os casos, a inflação tenha sido zerada (na Argentina foi reduzida a 30% ao ano com um custo altíssimo para os trabalhadores).

Contudo, se aconteceram derrotas estas não significaram a destruição da capacidade de resposta do movimento operário. Mesmo durante a fase de maior popularidade destes programas, vários setores do movimento se levantaram para denunciar o que realmente

eles significariam, que efeitos trariam para os trabalhadores. As mobilizações na América Latina durante o 23 de outubro evidenciavam que a resposta dos trabalhadores não tardaria.

No dia 24 de janeiro, os trabalhadores da Argentina paralisam as suas atividades, numa greve geral que contou com a adesão de 97% dos assalariados. Convocada pela CGT, a greve foi centrada em dois eixos principais: o aumento real de salários e a suspensão do pagamento da dívida externa. No mesmo dia, os trabalhadores bolivianos atenderam à convocação da COB e realizaram uma greve geral, centrada no combate à política econômica do governo.

Mais recentemente foi realizada uma greve geral no Uruguai, que também combate a política econômica e denuncia a dívida externa, exigindo o seu não pagamento. Ainda nesta trajetória, devemos salientar a marcha realizada no México no princípio de fevereiro, quando mais de 70 mil pessoas, atendendo à convocação de vários sindicatos, encabeçados pelo Sindicato dos Eletricistas, exigiram que o México não pague sua dívida.

A dinâmica continental criada pela intervenção mais clara do FMI e a aplicação dos programas em um mesmo período, implica em uma resposta mais globalizadora por parte dos trabalhadores. Se a realização do Dia Continental de Luta contra a Dívida Externa e o FMI mostrou que é possível avançar em formas de luta unitárias, o momento atual exige de forma muito mais clara esta resposta.

A CUT tem um papel central a cumprir no sentido de propor um avanço mais rápido na unificação das lutas continentais. A reunião que ocorrerá no Brasil, por ocasião da Semana Latino-americana de Solidariedade e Luta, e na qual estarão presentes a COB, o PIT/CNT e provavelmente a CGT Argentina será um momento privilegiado para impulsionar esta unificação.

Um momento de reflexão e organização

As comemorações do Dia Internacional da Mulher trouxeram à tona este ano, o crescimento surpreendente das organizações de mulheres em São Paulo. Aqui apresentamos apenas uma pequena mostra do que foi o 8 de Março em São Paulo este ano.

8 de março

Movimento popular e sindical na luta das mulheres

Na Zona Sul da cidade de São Paulo, as mulheres que participam de movimentos popular e sindical organizaram juntas as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

As comemorações tiveram início com um encontro no dia 2 de março para discutir dois temas: Participação das Mulheres nas Lutas e Plano de Controle da Natalidade da Secretaria Municipal de Saúde.

As mulheres se posicionaram contra este plano e reforçaram que são a favor de um Planejamento Familiar, ou seja, que o Controle da Natalidade vem como uma imposição do Estado com o objetivo de manter e reforçar a opressão sobre as mulheres. A forma como o plano é proposto responde também a interesses econômicos de multinacionais farmacêuticas, fabricantes de pílulas. E o seu uso massivo pode trazer sérios problemas à saúde da mulher, caso não haja um acompanhamento médico adequado.

Em relação ao Planejamento Familiar, foi discutido que o Estado deve assumir os recursos necessários para uma atenção integral à mulher, feita por uma equipe multiprofissional de saúde. Deve ser garantido que o casal possa escolher quantos filhos quer ter, que o Estado financie pesquisas sobre métodos anticoncepcionais mais seguros para que cada mulher possa ter possibilidade de escolher um método que melhor se adapte ao seu organismo.

A partir destas discussões, como proposta de continuidade, decidiu-se engajar na articulação já existente de um conjunto de entidades feministas e do movimento de saúde, que buscam encaminhar juntas a luta contra este plano de controle da natalidade.

Quanto à continuidade do trabalho na região, tirou-se uma coordenação, para encaminhar juntos, movimento popular e sindical, a luta das mulheres.

Mais três debates fizeram parte da programação da semana: Violência contra a mulher, Constituinte e Saúde da Mulher no Trabalho.

A tragicomédia das mulheres

O dia-a-dia sobrecarregado da mulher "dona-de-casa", mãe, esposa e trabalhadora em um escritório ou fábrica qualquer, esteve presente de um modo crítico e bem humorado nas comemorações do 8 de Março em Carapicuíba. Através da montagem de uma peça de teatro, a Associação e Casa da Mulher Margarida Maria Alves colo-

cou a opressão e exploração da mulher em debate, ao mesmo tempo em que convidava as participantes desta festa para se somarem às atividades da entidade.

Fundada há dois anos, a Associação e Casa da Mulher de Carapicuíba vem trabalhando principalmente com as moradoras dos conjuntos habitacionais da Cohab. Sob a responsabilidade da entidade está o projeto de leite a granel, que reúne diariamente cerca de 2 mil mulheres com quem a Associação vem desenvolvendo cursos sobre sexualidade, culinária, crochê, além de debates e filmes que colocam sempre em discussão a situação das mulheres e uma proposta feminista para o enfrentamento de seus problemas.

Durante a peça apresentada pelas participantes da Associação no 8 de Março, o quadro apresentado refletiu a situação vivida pela grande maioria das mulheres: a estafante jornada de trabalho em casa, onde a mãe e esposa é requisitada desde as mínimas tarefas, a exploração da mulher no mercado de trabalho, os constantes abusos das chefias em suas "cantadas", o despreparo da mulher criada em geral para o "lar" e não para uma profissionalização, os baixos salários e a falta de uma infraestrutura assegurada pelo Estado para o cuidado dos filhos e o desempenho de muitas das funções domésticas como alimentação, serviços de lavanderia e outros que sempre recaem sobre os ombros da mulher. Mais do que isto, o texto da peça colocou a necessidade de um espaço para a discussão de seus problemas — em casa e com outras mulheres — sentida por esta mulher. E a proposta de que ela encontre este espaço junto com as companheiras da Associação. Uma tarefa difícil ainda de ser enfrentada por muitas mulheres mas, sem dúvida, gratificante.

O grupo Pró-Casa da Mulher de Taboão da Serra comemorou o 8 de Março com apresentações de teatro, jogral e poesias com o temário da problemática da mulher. Os debates giraram em torno das lutas do Movimento de Mulheres no Brasil e na América Latina, acompanhados por uma exposição de fotos históricas. O projeto do grupo é a criação da Casa da Mulher de Taboão da Serra, com vistas à organização das mulheres da região.

Aprofundar a discussão da opressão específica

Em São Bernardo do Campo foram mais de 650 mulheres reunidas discutindo a Constituinte, a dívida externa, a reforma agrária e as questões relativas à sexualidade. Em relação ao encontro do ano anterior a discussão política foi bem mais rica, revelando não apenas o acúmulo de trabalho do Co-

mitê de Mulheres de São Bernardo, mas também o esforço de preparação, que permitiu às mulheres participar ativamente das discussões.

Levantando as bandeiras do não pagamento da dívida externa, da necessidade de uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores para atacar pela raiz ao problema do abastecimento e da necessidade de garantir formas de mobilização das mulheres que permitam que nossas reivindicações mínimas estejam presentes no processo de Constituinte, o encontro decidiu por incentivar o processo de avanço de consciência e organização das mulheres. E nesse sentido, foi proposto a realização de cursos sobre o feminismo e cursos de formação política geral, além da integração do Comitê em uma coordenação regional do movimento no ABC e também a nível estadual.

Segundo Márcia Dangremon, do Comitê de Mulheres, um passo importante foi dado com a realização de várias oficinas sobre sexualidade, o que permitiu às participantes do encontro optar entre vários aspectos discutidos, abrindo com isso as possibilidades diferentes de se levar a discussão para os bairros.

Avançar na articulação geral do movimento

Cerca de vinte grupos de mulheres de São Paulo e alguns sindicatos se reuniram para organizar um encontro no dia 8 de março onde discutiram seis temas: saúde, alimentação, trabalho, violência, educação e constituinte. Foram mais de cem mulheres reunidas no Sindicato dos Químicos de São Paulo, durante um dia de discussão e planejamento de algumas atividades que desenvolvessem alguns passos no sentido de organizar um trabalho mais coletivo dos diversos grupos.

Já há algum tempo que a falta de centralização e coordenação maior tem se revelado como um grande problema do movimento e tem sido uma das preocupações centrais de alguns grupos. Não se pretendeu resolver ali uma questão tão importante para o crescimento e fortalecimento do movimento de mulheres, mas o encontro sem dúvida mostrou a disposição de seus organizadores em romper, ainda que limitadamente, com um tema que há muito tempo é quase um "tabu" no movimento — a necessidade de avançar na sua coordenação.

As comemorações do Dia Internacional da Mulher em São Paulo deram um pontapé inicial, junto ao movimento popular, para uma análise mais crítica do pacote econômico do governo. As primeiras discordâncias das medidas, isoladas no mar de euforia em que naufragou a maioria do povo brasilei-



ro, vieram da CUT, dos setores sindicais ligados a ela e do PT, apenas.

O pacote na mira das mulheres

No grupo de discussão sobre Abastecimento, do Encontro de Mulheres promovido no 8 de Março, as conclusões a que chegaram várias representantes de entidades ligadas ao Movimento de Mulheres pela Alimentação, apontaram alguns problemas gritantes do pacote governamental. Em primeiro lugar, uma conclusão básica: o movimento popular sempre pediu congelamento dos gêneros de primeira necessidade. Mas nunca reivindicou congelamento dos nossos baixos salários. Segundo: o reajuste salarial do pacote não inclui os preços do mês de fevereiro em seu cálculo. Além disto, os salários foram congelados no arrocho e os preços (não tão congelados assim) no pico.

Frente ao pacote, as conclusões do 8 de Março reafirmam a necessidade de uma cesta básica subsidiada, uma escala móvel que responda imediatamente aos índices inflacionários, o congelamento dos juros e a redução da margem de lucro dos empresários.

Como ataque frontal à inflação — medidas "esquecidas" pelo pacote — o 8 de Março reafirmou a necessidade de não pagamento da dívida externa e a realização de uma reforma agrária radical. O Encontro de Mulheres propôs também a formação de Comissões de Controle de Preços nos bairros e Comissões de Controle de Produção nas fábricas.

Estas propostas estão sendo agora discutidas e divulgadas junto às várias entidades e organizações populares participantes do Movimento de Abastecimento de São Paulo e pretendem se transformar, entre outras coisas, em uma Carta Aberta à População, dando continuidade às propostas já acumuladas pelo movimento popular no tocante ao abastecimento e congelamento de preços.

Rádios Livres II



Piratas são eles que buscam o ouro

EM TEMPO publica aqui a segunda parte da entrevista com Cinderela, Edu, Mauricio e Cachoeira, todos membros de rádios livres, discutindo a legislação, o significado e a proposta de seu trabalho.

Marília Carvalho

— Vocês já discutiram a legislação que controla a radiodifusão no Brasil?

Cinderela — No momento, a gente não tem intenção de discutir muito. Trata-se de ocupar o espaço, para depois se discutir. Não adianta querer fazer o movimento inverso, querer desde já legislar como já procuram muitos projetos dos peemedebistas. O que eles estão querendo fazer é criar algumas rádios comunitárias, educativas. Cada sindicato, cada grupamento social teria cinco minutinhos para falar, com uma série de regras. E o tutor seria o Estado. Para gente, a experiência tem que se desenvolver meio ao lêu e a ética que tem que acontecer é a ética das rádios livres, a ética das próprias pessoas que estão intervindo e que estão querendo ocupar este espaço. Elas é que podem delimitar o que vão falar, quando vão falar, delimitar a potência máxima de cada um, para um não interferir no outro e por aí afora.

Cachoeira — O negócio é brigar para tirar a lei e não para botar outra, porque esta lei que está aí restringe a ocupação do ar. A questão é não ter lei nenhuma, não haver regulamentação do Estado.

Maurício — A montagem do transmissor em si já é uma subversão. Acho que a normatização, a legalização é péssima porque tenta impedir esta subversão, acabar com ela. Daí acaba o espírito que acendeu esta idéia que foi de você poder fazer qualquer coisa.

Cinderela — A única palavra de ordem — para utilizar este termo — que a gente está avançando, inclusive para ligar com a questão da Constituinte, seria a proposta de liberar o espaço de FM para as rádios comunitárias, dos sindicatos, das associações, dos partidos, para os mil e um grupos que pintam, enfim, para experiência não comerciais. Esta é uma proposta ainda em discussão e o que vai delimitar se isso vai poder acontecer ou não vai ser o número de rádios que estão no ar, que agrupamentos sociais estão atrás delas, que apoio social elas têm.

— Os projetos de legalização já estão por aí ou estão esperando a Constituinte?

Cinderela — O PMDB tem uma característica “boa” que é ficar tudo meio parado. Não faz nada tanto para bom quanto para ruim. Aqui em São Paulo, por exemplo, a gente sabe que o Secretário da Cultura de certa forma nos apóia, ou pelo menos não apóia a intervenção. Então o Antônio Carlos Magalhães tinha verdadeiros xiliques, tem gente que leu cartas dele ao Dentel dizendo que tinha que “acabar com esta rádio amanhã”.

Esta contradição toda da “Nova República” se refletiu nisso também, acabando muitas vezes em paralisia.

— E a repressão? o Código Nacional de Telecomunicações não diz que é ile-



Nosso ar está poluído.

Tanta informação na cidade e a solidão continua.

Falta daquela que excita.

Liberdade no rádio é gente diferente uma das outras, indo ao ar.

Colocando as diferenças no ar e no chão...

gal transmitir sem licença, com pena de um a dois anos de prisão?

Cinderela — A característica das rádios livres é estarem ligadas a movimentos. Os grupos de jovens têm uma fragilidade maior, mas mesmo estas rádios todo mundo defende porque todo mundo quer ouvir música boa e isso cria um vínculo natural com as pessoas. É por aí que é importante acumular forças. Prisão eu acho que não pinta, já pensou que problema ter preso político na “Nova República?” O que eu acho que pode pintar é um processo.

— Qual é o objetivo do movimento das rádios livres? Onde vocês querem chegar?

Cachoeira — A proposta é os trabalhadores terem o seu próprio meio de comunicação, a mesma idéia dos jornalinhos sindicais, da imprensa nânica. A rádio vem com este sentido: nossa própria rádio, para falar sobre a gente, como a gente quer; nossa própria TV etc. Não adianta a gente querer ocupar o espaço da Rede Globo, querer que a Globo cubra a nossa greve do jeito que a gente quer. Para quebrar a monopólio temos que ter os nossos próprios meios de comunicação, temos que pôr os transmissores no ar. Nossa rádio se chama Tereza exatamente por ser o nome da corda de lençol que os presos fazem para fugir. Queremos fugir da cadeia global das rádios comerciais.

Cinderela — Numa rádio comercial o horário é tão chato assim porque é tudo comprado, a RCA compra tantas horas de tal rádio, a outra gravadora compra, então tem que tocar aquele disco. É o Estado que dá a concessão e tudo está canalizado para a comercialização, o lucro.

Edu — Você é bombardeado por milhares de informações que lhe são passadas como sendo do seu interesse, só que você não tem o menor controle sobre essa informação. Lhe é imposto um papel de consumidor dessas informações, desde consumidor econômico mesmo, de comprar, até consumidor enquanto aquele ser que tem a sua mentalidade, a sua ideologia formada por toda uma estrutura já pronta. E uma forma de você responder a esta ofensiva toda contra você é passar a gerar e irradiar suas próprias informações. Na verdade, democratizar a cultura é isso. Não é você ampliar o mercado consumidor da cultura, não é você levar o pessoal da periferia para ver a cultura que os especialistas produzem ou coisas do tipo. É você socializar os meios de produção de cultura. É você convencer as pessoas de que a elas não é destinado um papel perene, vitalício de consumidor, que ela tem condição de gerar, de produzir uma informação e colocá-la na praça, na paróquia, na cidade...

— O que leva as pessoas a montar uma rádio?

Cinderela — Eu compararia com tomar uma cerveja. Desejo, tesão e arrumar meios para se comunicar. Os meios que a sociedade arruma são muito restritos ou não existem: os partidos não oferecem muito espaço, o psicólogo oferece um espaço, mas é muito reduzido e elitista, a escola é uma crise total. Então você tem que ter espaço para dizer umas coisas, um espaço de comunicar coletivamente, botar a subjetividade para fora, socializar as loucuras que cada um vive. É uma nova política do cotidiano.

Maurício — Acho que tem a transa também de romper com a solidão. Você precisa se comunicar até para se enxergar, mesmo que o retorno não seja direto. Através da rádio você consegue que seu ato se torne uma explosão para muita gente e aí você consegue se ver com mais inteireza, através do seu ato e da sua explosão.

— Como vocês sabem que estão sendo ouvidos? Como é a relação com os ouvintes?

Cinderela — Às vezes a gente sente que está fazendo a rádio para gente mesmo. No interior da Xiliq a gente já viveu uma certa crise. No início não importava muito, era mais a euforia de estar falando. Depois a gente começou a enfrentar o problema concreto de não poder abrir: se você abrisse um telefone, você teria uma resposta. Um dia a gente foi num debate onde tinha pessoas de uma forma ou de outra interessadas no assunto. Eram umas cem pessoas. A gente perguntou quem já ouviu, com o maior medo, aí levantaram uns dez, quinze e a gente ficou todo animado. Eu encontro constantemente pessoas que falam: que gostou, que não gostou, que um dia já ouviu. Uma característica da rádio livre é ser um instrumento não dos caras que estão lá falando, mas um instrumento da comunidade, do setor. Por isso inclusive ela ser regional: não tem sentido a gente aqui de Perdizes ditar as músicas que o cara lá de Itaquera vai ouvir. Então a gente tomou duas medidas que estão começando a se concretizar agora que são uma nova divulgação — através de pichações e contato por carta com as pessoas do bairro — e um telefone que a gente vai abrir.

Maurício — Diferente dos meios de comunicação “oficiais” — que nos casos das rádios usam o telefone, fazendo a porcentagem de pessoas que ligaram, dando prêmios etc — as rádios livres têm uma nova característica de não ser só um transmissor, mas começar a promover atividades. Isso vai dando uma personalidade para rádio, rola um debate, você promove um show, uma festa. É a partir destes eventos que nós vamos começar a ter retorno.

Já saiu

*Rádios Livres
A Reforma
Agrária do Ar*

Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Marzagão contam tudo sobre as Rádios Livres, inclusive como montar a sua. Editora Brasileira, 184 páginas.